



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIA SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

EDILSON CORTEZ DE AZEVEDO JUNIOR

GESTÃO BASEADA EM VALOR UTILIZANDO O E.V.A. (Economic Value Added)
COMO INDICAÇÃO DE AUTOSSUSTENTABILIDADE: UM ESTUDO DE CASO
EM UMA FUNDAÇÃO DE APOIO

Natal/RN
2012

EDILSON CORTEZ DE AZEVEDO JUNIOR

**GESTÃO BASEADA EM VALOR UTILIZANDO O E.V.A. (Economic Value Added)
COMO INDICAÇÃO DE AUTOSSUSTENTABILIDADE: UM ESTUDO DE CASO
EM UMA FUNDAÇÃO DE APOIO**

Monografia apresentada à Banca Examinadora do Trabalho de Conclusão do Curso de Ciências Contábeis, em cumprimento às exigências legais como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Professora Esp. Izabel de Medeiros
Coelho

Natal/RN
2012

FOLHA DE APROVAÇÃO

EDILSON CORTEZ DE AZEVEDO JUNIOR

GESTÃO BASEADA EM VALOR UTILIZANDO O E.V.A. (Economic Value Added) COMO INDICAÇÃO DE AUTOSSUSTENTABILIDADE: UM ESTUDO DE CASO EM UMA FUNDAÇÃO DE APOIO

Monografia apresentada à Banca Examinadora do Trabalho de Conclusão do Curso de Ciências Contábeis, em cumprimento às exigências legais como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

BANCA EXAMINADORA DA MONOGRAFIA:

Prof. Esp. Izabel de Medeiros Coelho - Orientador

Prof. Me. Marcio Roberto Loiola Machado - Membro

Prof. Me. Pedro Lopes de Araujo Neto - Membro

Aprovado em: 10/07/2012

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, pela graça, pela vida, pela sabedoria e por todos os bens materiais e imateriais com que tem me suprido em todo o decorrer desta minha jornada.

À minha família, meu pai Edilson Cortez e minha mãe Maria Odete que sempre torceram por esta realização, meus irmãos Edilane e Emerson obrigado pela compreensão e pela ajuda nos momentos mais difíceis. A minha companheira Elizabeth pelo amor, dedicação e empenho nessa jornada, e nosso filho Edgar pelos dias mais felizes da minha vida.

Aos companheiros da FUNCERN, Emerson meu irmão e Ailton em especial pelo aprendizado e auxílio nessa pesquisa. Agradeço ao Diretor administrativo e financeiro da FUNCERN, Dimitrov, por me conceder a oportunidade de realizar a pesquisa no estudo de caso sobre a instituição e também pelas férias que foram de grande valia para realização desse trabalho.

Agradeço a minha orientadora pela sugestão do tema, Professora Esp. Izabel de Medeiros Coelho, pela sabedoria, paciência e conhecimento transmitido ao longo de toda a orientação, pois foi o ponto primordial que contribuiu para que eu terminasse mais essa etapa. E também aos professores membros da banca Marcio Loiola e Pedro Lopes, a Coordenação do Curso de Ciências Contábeis a todos os meus professores, pela contribuição que cada um proporcionou à minha formação. A Artemísia e Hélio sempre prestativos a resolver os problemas dos alunos.

A todos que contribuíram de forma direta e indiretamente para realização do meu curso de graduação.

“Que os vossos esforços desafiem as impossibilidades, lembrai-vos de que as grandes coisas do homem foram conquistadas do que parecia impossível.”

Charles Chaplin

“O insucesso é apenas uma oportunidade para recomeçar de novo com mais inteligência.”

Henry Ford

RESUMO

A participação das Fundações de Apoio no desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão junto às instituições de ensino Federal são expressivas a cada ano, com isso, é de importância primordial que as Fundações adotem um sistema de gerenciamento capaz de torna-las autossustentáveis identificando nas suas demonstrações possíveis pontos para uma melhor adequação dos seus processos administrativos. Existem deficiências na gestão dessas instituições, assim como, a dificuldade de captar recursos próprios. Neste trabalho será apresentado um importante sistema para a gestão das organizações, uma ferramenta utilizada nas empresas lucrativas, à aplicabilidade da gestão baseada em valor (GBV), adaptado as peculiaridades de uma Fundação de Apoio entidade sem fins lucrativos, utilizando o cálculo do EVA®. Através deste mecanismo, cria-se a possibilidade de verificar se as operações da organização gera resultado através do valor adicionado, se apenas cobrem os seus custos, ou até mesmo se são incapazes de cobrirem os seus custos. A aplicação do EVA® permite aos gestores uma conscientização maior acerca do capital que é administrado. A entidade em questão é a FUNCERN, Fundação de apoio ao IFRN. A fundamentação teórica evidencia a origem, conceitos e abrangência do Terceiro Setor, e tratando também da legislação que regulamenta as Fundações de Apoio. A metodologia centra-se na revisão bibliográfica sobre os temas, além de uma pesquisa empírica que identificou aplicabilidade do GBV, sendo necessário adaptações para a avaliação econômica da entidade. Finalmente a estratégia utilizada para elaboração da pesquisa constitui-se em um estudo de caso, tendo referencia os exercícios de 2010 e 2011. As informações coletadas foram realizadas por pesquisa documental nos relatórios contábeis e documentos internos. Foram realizadas duas avaliações acerca das demonstrações uma com os dados originais e outra em considerando a análise do GBV. No primeiro momento constatou-se que as receitas não acompanharam a evolução dos custos, embora em 2011 a entidade tenha apresentado um resultado de déficit o cálculo do EVA® para os anos de 2010 e 2011 apresentaram resultados negativos. Para o segundo caso adotou-se aplicabilidade do GBV apontando elementos que promovessem mais impacto no valor da entidade, ou seja, a maximização de valor agregado voltada à comunidade. Os resultados foram bem superiores, tanto o ROI como o EVA® foram positivos considerando o Custo Médio Ponderado de Capital (CMPC) a taxa Selic dos anos de 2010 e 2011, 10,75% e 11%. Por fim, o comparativo mostrou que a entidade necessita de mudanças na gestão estratégica da empresa a fim de melhorar os processos de captação de recursos.

Palavras-chave: Gestão Baseada em Valor. Autossustentabilidade. Fundação de Apoio.

ABSTRACT

The participation of the foundations of Support in the development of activities of teaching, research and extension along Federal education institutions are significant each year, it is of paramount importance that the Foundation to adopt a management system able to make them self-sustaining cycles identifying in their demonstrations possible points for a better adequacy of their administrative processes. There are shortcomings in the management of these institutions, as well as the difficulty of capturing own resources. This work will be presented an important system for the management of organizations, a tool used in profitable enterprises, the applicability of value-based management (GBV), adapted the peculiarities of a foundation to support non-profit entity using the EVA calculation. Through this mechanism, creates the possibility of verifying that the operations of the organization generates a result by the value added, if only cover their costs, If only cover their costs, or even if they are unable to cover their costs. The application of EVA allows a greater awareness about managers of the capital which is administered. The entity in question is FUNCERN, IFRN support Foundation. The theoretical rationale highlights the origin, scope and concepts of the third sector, and in view also of the laws governing foundations support. The methodology focuses on literature review about the themes and an empirical research that identified the applicability of GBV, being necessary adaptations to the economic appraisal of the entity. Finally the strategy used for the preparation of the survey consists of a case study and reference the 2010 and 2011 financial years. The information collected were performed by desk research in financial reports and internal documents. Two reviews about a statement with the original data and another in considering the review of GBV. At first it was noted that revenues have not followed the trend in costs, although in 2011 the entity has submitted an result of the EVA calculation deficit for the years 2010 and 2011 have tested negative. For the second case it took applicability of GBV pointing elements that promote greater impact on the value of the entity, maximizing community-oriented value-added. The results were well above both the ROI as the EVA were positive considering the weighted average cost of Capital (WACC) the Selic rate for the years 2010 and 2011, 10.75% and 11%. Finally, the comparison showed that the entity needs changes in strategic management of the company in order to improve the procedures for fundraising.

Keywords: Value-based management. Autossustentabilidade. Support Foundation.

LISTA DE QUADROS

Quadro – 1	Modelo Básico de Gestão Baseada em Valor	24
Quadro – 2	Estratégias Financeiras e Direcionadores de Valor	26
Quadro – 3	Visão Sintética de uma Gestão Baseada em Valor	28

LISTA DE TABELAS

Tabela – 1	Relatório de Convênios 2010	37
Tabela – 2	Relatório de Convênios 2011	38
Tabela – 3	Cálculo do Resultado Operacional dos anos de 2010 e 2011	39
Tabela – 4	Cálculo do EVA® 2010	39
Tabela – 5	Cálculo do EVA® 2011	39
Tabela – 6	Cálculo do EVA® 2010(ajustado)	40
Tabela – 7	Cálculo do EVA® 2011(ajustado)	41

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABIPTI	Associação Brasileira de Instituições de Pesquisas Tecnológicas
Art.	Artigo
CFC	Conselho Federal de contabilidade
CGU	Controladoria Geral da União
CMPC	Custo Médio Ponderado de Capital
CONFIES	Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições Federais de Ensino Superior
DFC	Demonstração do Fluxo de Caixa
DMPL	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
ESFL	Entidades sem fins lucrativos
EVA	Economic Value Added
FUNCERN	Fundação de apoio a Educação ao Desenvolvimento do RGN
GBV	Gestão baseada em Valor
ICTs	Instituições Científicas e Tecnológicas
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
IFRN	Instituto Federal do Rio Grande do Norte
INV	Investimento
MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia
MEC	Ministério da Educação
MVA	Market Value Added
NBC T	Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica
PL	Plano de contas
ROI	Retorno sobre o Investimento
TCU	Tribunal de Contas da União
VBM	Value Based Management
VEA	Valor Econômico Adicionado
VPL	Valor Presente Líquido

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA	13
1.2	OBJETIVOS	14
1.2.1	Objetivo Geral	14
1.2.2	Objetivos Específicos	14
1.3	JUSTIFICATIVA	14
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	15
2.1	IDENTIFICANDO O TERCEIRO SETOR	15
2.2	DESAFIOS AO DESENVOLVIMENTO DO TERCEIRO SETOR	17
2.3	PRESTAÇÃO DE CONTAS (ACCOUNTABILITY)	19
2.4	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	19
2.5	FUNDAÇÃO DE APOIO	20
2.6	CARACTERIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO FUNCERN	22
2.7	GESTÃO BASEADA EM VALOR	24
2.7.1	Direcionador de Valor	25
2.7.2	Capacidades diferenciadoras	25
2.7.3	Estratégias financeiras	25
2.7.4	Compatibilidade do GBV nas Fundações de Apoio	26
2.8	VALOR ECONOMICO AGREGADO OU ADICIONADO - EVA	28
2.8.1	Elementos que compõem o cálculo do EVA	30
2.8.2	Custo do Capital Próprio	30
2.8.3	Custo Médio Ponderado de Capital	31

2.8.4	Cálculo prático do EVA	31
3	METODOLOGIA	32
3.1	TIPO DA PESQUISA	33
3.2	UNIVERSO E AMOSTRA	33
3.3	INSTRUMENTO E PROCESSO DE COLETA DE DADOS	34
3.4	LIMITAÇÕES DA PESQUISA	34
4	APLICAÇÃO E ANÁLISE DA FERRAMENTA GBV NAS FUNDAÇÕES DE APOIO	35
4.1	POSSIBILIDADE DO CÁLCULO PARA O VALOR ADICIONADO ..	35
4.2	CÁLCULO DO VALOR ECONÔMICO AGREGADO PARA FUNCERN	38
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
	REFERÊNCIAS	43
	ANEXO A – BALANÇO PATRIMONIAL	45
	ANEXO B – DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT OU (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO	46
	ANEXO C – DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO SOCIAL	47
	ANEXO D – DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	48
	ANEXO E – NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2011.....	49
	ANEXO F - RELATÓRIO DE CONVÊNIOS REALIZADOS NO EXERCÍCIO DE 2010	55
	ANEXO G - RELATÓRIO DE CONVÊNIOS REALIZADOS NO EXERCÍCIO DE 2011	62

1 – INTRODUÇÃO

1.1 – CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA

A sustentabilidade é um termo que se presta a muitos significados, mas é também entendido como a capacidade de captar recursos financeiros, materiais e humanos de maneira suficiente e continuada, e utilizá-los com competência, de forma a perpetuar a organização e permiti-la alcançar seus objetivos. A sustentabilidade não se limita, porém à capacidade de captação de recursos de que uma organização necessita, mas também ao seu emprego de maneira eficiente, de modo a maximizar os resultados alcançados. De acordo com Brigham, Gapenski e Ehrhardt (2008, p. 43) “o principal objetivo de todo administrador deve ser o de maximizar o valor da empresa”.

Um das competências necessárias para o gestor do Terceiro Setor é a capacidade de conhecer e desenvolver todas as possibilidades disponíveis para a obtenção de recursos de maneira a tê-los em volume suficiente, de forma continuada e sem gerar dependência ou subordinação a alguma fonte individual de financiamento, isso, por que, grande parte das entidades do Terceiro Setor enfrentam vários desafios para desempenhar o papel social o qual se propõem, e uma delas está na captação de recursos, pois estas necessitam de recursos financeiros para realização das suas atividades. Apesar da captação de recursos não ser o objeto principal de suas ações, essas entidades não devem fazê-lo de forma desorganizada, sem um planejamento, pois elas só alcançarão seus objetivos se houver quem as financiem. Araújo, Assaf Neto e Fregonezi, (2006, p. 110 apud COSTA e ROSA, 2003, p. 02) “... apesar de terem características peculiares, são empresas privadas, que devem ser administradas de modo a se sustentar, e estão sujeitas a todas as intempestividades do ambiente no qual estão inseridas”.

Todavia, observa-se que, no Brasil, a gestão financeira utilizada por instituições do Terceiro Setor são adaptações de modelos desenvolvidos para as Empresas privadas, as quais possuem características distintas. A proposta dessa pesquisa se restringe no enfoque econômico-financeiro no modelo empresarial de *gestão baseada em valor* o GBV, que tem como objetivo a maximização da riqueza dos proprietários que no caso das entidades sem fins lucrativos a natureza da riqueza ou lucro será reinvestido para o bem da própria entidade gerando recursos para realização de novos projetos sociais é o que enfatiza Grazioli e Refael

(2009, p. 07) “se o terceiro setor não tem como escopo o lucro,[...], pode, no entanto, auferir superávit econômico, que é reaplicado em seus próprios projetos ou no patrimônio já existente”. Ressaltando que na utilização do GVB nas organizações de Terceiro Setor é preciso que haja adaptações as peculiaridades dessas entidades especificamente numa Fundação de Apoio. Diante disso, formulamos a seguinte questão: Existe aplicabilidade da gestão baseada em valor para uma fundação de apoio como ferramenta gerencial?

1.2 – OBJETIVOS

1.2.1 - Objetivo Geral

A pesquisa tem como objetivo geral a aplicação do GVB como ferramenta gerencial em uma fundação de apoio. Este trabalho apresenta uma adequação da gestão baseada em valor, ferramenta sedimentada nas empresas lucrativas.

1.2.2 - Objetivos Específicos

Como objetivos específicos analisar e mensurar o *valor econômico agregado* o VEA ou EVA® Economic Value Added na FUNCERN: identificar as variáveis necessárias para a mensuração do valor na entidade em questão, ainda, calcular o EVA® para determinar sua viabilidade de retorno econômico-financeiro, ou melhor, a indicação de autossustentabilidade em uma Fundação de Apoio.

1.3 – JUSTIFICATIVA

Um dos objetivos da alta gestão é maximizar a lucratividade, o problema é que a lucratividade não significa a mesma coisa para todas as pessoas ou todas as entidades. A maximização do valor para o gestor é de melhorar o processo de tomada de decisão, estratégicas e operacionais na organização como um todo.

O terceiro setor no Brasil vem crescendo sensivelmente, sobretudo na última década. Acompanhando seu crescimento, vem a preocupação de captar recursos. As organizações sem fins lucrativos realizam atividades de captação de recursos de diferentes modos, algumas em maior, outras em menor intensidade. A gestão também é ponto chave que merece ser considerada na tomada de decisão pela identificação de que há um consenso entre estudiosos e pessoas envolvidas no cotidiano de organizações sem fins lucrativos de que, no Brasil, a deficiência no gerenciamento destas organizações que precisam ser reconhecidas buscando a implementação de ações positivas e de credibilidade (REZENDE, 2006, p. 219).

Diante disso, propomos um estudo empírico demonstrando que na prática é possível aplicar a Gestão Baseada em Valor, em entidades sem fins lucrativos, ferramentas utilizada em empresas lucrativas que planejam e visam a sua autossustentabilidade financeira através da geração do lucro. O trabalho visa demonstrar a necessidade de avaliar o desempenho de captar recursos através uma ferramenta financeira o que avalia a performance sob a óptica dos conceitos de criação de valor ao acionista.

2 – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 – IDENTIFICANDO O TERCEIRO SETOR

No Brasil, assim como no mundo, existe um elevado número de organizações que compõem o universo das instituições sem fins lucrativos. Essas organizações apresentam como uma das características mais marcantes a heterogeneidade.

A expressão sem fins lucrativos, largamente usada para designar as entidades fora do contexto do Estado e do mercado (que congrega as entidades de fins econômicos), não reflete, por si só, o que são e qual o efetivo papel que desempenha no contexto social, econômico e político contemporâneo. Além disso, o próprio conceito de “lucro” é muito abrangente e, portanto deve ser muito bem caracterizado. Ter “lucro” é uma questão de sobrevivência para qualquer tipo de entidade, com ou sem fins lucrativos (OLAK e NASCIMENTO, 2010, p. 01).

Assim, pode-se citar, como exemplo dessas entidades, os clubes de futebol, hospitais e universidades privadas, associações de interesse mútuo, centros comunitários,

entidades ambientalistas, associações de bairro, centros de juventude, associações de produtores rurais, organizações de defesa de direitos, fundações e institutos empresariais, clubes recreativos e esportivos, organizações não governamentais, creches, asilos, abrigos, organizações religiosas, cartórios, serviços sociais autônomos, partidos políticos e sindicatos.

A expressão Terceiro Setor deriva da idéia de que a sociedade civil é dividida em Primeiro Setor - Estado, Segundo Setor - mercado ou empresas privadas e Terceiro Setor - “temos como Terceiro Setor todas as organizações não-governamentais que não objetivam lucro e que tenham fins lícitos de interesse coletivo, registradas ou não, e, quando registradas, ou são fundações ou são associações” (REZENDE, 2006, p. 26).

As organizações que compõe o terceiro setor são caracterizadas por serem não governamentais, não visarem ao lucro, nem distribuírem eventuais excedentes financeiros provenientes de suas atividades, além de produzirem serviços para o atendimento de demandas de uma coletividade. Desta forma, o terceiro setor caracteriza por ser formado por organizações privadas de iniciativa da sociedade civil e pública em suas atividades fim. Nesse sentido, o Terceiro Setor é composto por organizações sem fins lucrativos, com um objetivo social bem definido, ou seja, promover benefícios à sociedade (ARAÚJO; ASSAF NETO; FREGONEZI, 2006).

Suas atividades são tipicamente públicas, apesar de serem pessoas jurídicas de direito privado. Ocorre que o Estado não consegue desempenhar seu papel social de maneira satisfatória. Daí, a sociedade se organiza em associações e fundações, buscando, ao menos, amenizar a inoperância do Estado. Muito ainda precisa ser feito, mas a sociedade organizada tem desempenhado um papel da mais alta importância social (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2007, p. 19-20).

O termo terceiro está sendo difundido e aceito para designar as iniciativas provenientes da sociedade civil, no intuito de contribuir para o saneamento dos problemas que afligem uma parcela da sociedade. Deve ser entendido não somente como um conjunto de entidades assistenciais que prestam seus serviços a uma coletividade menos favorecida. Ela engloba um conjunto maior de organizações, Segundo Olak e Nascimento (2010), as principais categorias do terceiro setor no Brasil são: Associações, Organizações filantrópicas beneficentes e de caridade; Organizações não governamentais (ONGs), Fundações Privadas e Organizações Sociais. Este último o governo brasileiro, objetivando implementar suas políticas sociais, tem buscado mecanismos para normatizar as ações do setor no que se refere

à disponibilização de recursos públicos e na normatização legal, monitorando seus parceiros por meio de termos de parcerias e contratos de gestão.

Tejera et al. (1996, p. 2) descreve que nas últimas décadas, ocorreu uma expansão de organizações sem fins lucrativos, em todo o mundo, estas entidades aumentaram significativamente sua participação na sociedade e na economia, ganhando maior visibilidade. As áreas de atuação preferencial destas empresas estão relacionadas aos serviços sociais, especialmente referentes às atividades de saúde e educação. Face ao seu vertiginoso crescimento e seu papel cada vez mais destacado na sociedade e na economia, um dos maiores desafios para o terceiro setor é, sem dúvida, o abandono da gestão amadorista e o desenvolvimento de uma estrutura de gestão mais eficiente, adequada as suas peculiaridades.

2.2 - DESAFIOS AO DESENVOLVIMENTO DO TERCEIRO SETOR

Embora o ambiente se demonstre propício ao desenvolvimento das instituições sem fins lucrativos no plano nacional e mundial, muitos desafios precisam ser superados para que o setor possa desempenhar o papel social que lhe foi incumbido.

Dentre os desafios que se apresentam às instituições sem fins lucrativos, quatro são considerados por Bettiol e Varela (2007, p. 06-07 apud SALAMON, 1997, p. 102-109) como críticos:

Desafio da legitimidade: a ausência de informação disponível sobre o Terceiro Setor tem feito com que haja uma grande falta de consciência a seu respeito. Isso porque ele é, sistematicamente, ignorado nas estatísticas econômicas; poucas vezes referenciado nos debates políticos e nos meios de comunicação; além de não ter ainda despertado o interesse do meio acadêmico de forma a incentivar o desenvolvimento maciço de pesquisas.

Desafio da eficiência: trata-se da necessidade de o setor demonstrar sua capacidade e competência em um ambiente em que crescem as pressões para aperfeiçoar o sistema de administração, desempenho e controle institucionais.

Dificuldades relacionadas ao aspecto gerencial decorrentes, em especial, da falta de profissionais capacitados, têm feito com que muitas instituições não consigam desempenhar de forma satisfatória sua missão, comprometendo, assim, a própria existência.

Desafio da colaboração: desenvolver a colaboração com o Estado que, além de importante fonte de financiamento, é um poderoso parceiro no desenvolvimento de projetos em conjunto, visando ao cumprimento das demandas da sociedade no âmbito social. O Terceiro Setor não nasceu com o objetivo de substituir o Estado. No Brasil, o mecanismo da publicização utilizado no âmbito da reforma do Estado é um exemplo da aproximação do Estado em relação ao Terceiro Setor com o objetivo de desenvolver projetos em conjunto. Publicização é a transferência da gestão de serviços e atividades, não exclusivas do Estado, para o setor público não-estatal, assegurando o caráter público à entidade de direito privado, bem como autonomia administrativa e financeira.

Colaborar com o setor empresarial, que tem se demonstrado preocupado em participar de projetos que beneficiem à sociedade, pode significar ao Terceiro Setor uma forma de viabilidade no longo prazo, dada a possibilidade de obter uma parte dos recursos necessários à sua sustentabilidade. Para isso, faz-se necessário encontrar meios de reduzir os problemas de relacionamento existentes com a comunidade empresarial.

Desafio da sustentabilidade: o problema da sustentabilidade abrange não só os aspectos financeiros, que têm trazido problemas de sobrevivência a esse grupo de entidades, mas também a sustentabilidade do capital humano, aqui caracterizado pelos profissionais que, muitas vezes, se afastam das entidades do terceiro setor, buscando a oportunidade de ocupar cargos públicos, ou mesmo compor o quadro de colaboradores de empresas que desenvolvem atividades sociais como forma de demonstrar sua responsabilidade social.

Além dos desafios enunciados anteriormente, a falta de transparência caracterizada pela resistência em abrir-se à avaliação externa, deve ser entendida como outro importante obstáculo a ser superado pelas instituições do Terceiro Setor.

Em um setor onde existe escassez de recursos, o benefício obtido pelos indivíduos por meio dos serviços prestados por essas entidades, bem como os valores despendidos para o custeio de suas atividades chamam cada vez mais a atenção dos doadores de recursos e da sociedade, de forma geral. Portanto, elaborar demonstrações contábeis que possam colaborar para satisfazer essas necessidades torna-se indispensável.

2.3 – PRESTAÇÃO DE CONTAS (ACCOUNTABILITY)

Prestação de contas é outro fato importante nas entidades do Terceiro Setor, Falconer e Fischer (1998) apontam para o problema da necessidade de transparência e do cumprimento da responsabilidade da organização de prestar contas perante os diversos entes públicos que têm interesses legítimos diante delas, é um problema que passa pela maioria das Fundações de apoio que devem não somente prestar contas, mas dá uma resposta a sociedade sobre o controle e transparência na administração dos recursos.

Olak e Nascimento (2010, p. 21-22 apud NAKAGAWA, 1987, p. 17) define o termo accountability “como sendo a obrigação de prestar contas dos resultados obtidos, em função das responsabilidades que decorrem de uma delegação de poderes”. Segundo Olak e Nascimento (2010, p. 20 apud MARCOVITCH, 1997) as ESFL – entidades sem fins lucrativos, por desempenhar função de interesse público, esperam-se que cultive a transparência quanto aos seus projetos, como também aos resultados obtidos e os recursos elocados. Nesse sentido, a preparação de relatórios de avaliação, e a sua disseminação constituem importantes instrumentos de comunicação com a sociedade. Marcovitch evidencia pelo menos três elementos caracterizadores do gerenciamento e controle aplicado às entidades sem fins lucrativos, denominadas de Terceiro Setor: transparência (accountability), relatórios de avaliação (desempenhos) e instrumentos de comunicação (relatórios contábeis).

2.4 – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis que devem ser apresentadas pelas entidades do Terceiro Setor têm suas estruturas estabelecidas por meio da Lei n. ° 6.404/76 – Lei das Sociedades por Ações e pela NBC T 3 emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

De acordo com a NBC T 10.19, “as demonstrações contábeis que devem ser elaboradas pelas entidades sem finalidade de lucros são as determinadas pela NBC T 3 – Conceito, Conteúdo, Estrutura e Nomenclatura das Demonstrações Contábeis” (OLAK, 2010). As Demonstrações Contábeis elencadas pela NBC T 3, são as seguintes: Balanço Patrimonial; Demonstração do Resultado, Demonstração de lucros ou prejuízos acumulados,

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos.

A NBC T 10.19 determina que, na elaboração das demonstrações contábeis, as contas, Capital Social e Lucros ou Prejuízos Acumulados deverão ser substituídas, respectivamente, por Patrimônio Social e Superávit ou Déficit do Exercício.

Dessa forma, as demonstrações contábeis obrigatórias para as entidades sem fins lucrativos são as seguintes: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado; Demonstração do Superávit ou Déficit do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;

Embora não constitua obrigatoriedade, de acordo com a previsão constante no art. 176, § 6º, da Lei nº 6.404/76, as entidades sem fins lucrativos, para maior transparência contábil, se assim desejarem, poderão elaborar e publicar a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC). Atente-se, ainda, que o item 10.19.3.3 da NBC T 10.19 também dispõe que as demonstrações contábeis devem ser complementadas por Notas Explicativas.

2.5 – FUNDAÇÃO DE APOIO

As Fundações de Apoio são instituições criadas com a finalidade de dar apoio a projetos de pesquisa, ensino, extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico, de interesse das instituições federais de ensino superior (IFES) e também das instituições de pesquisa. Devem ser constituídas na forma de fundações de direito privado, sem fins lucrativos e serão regidas pelo Código Civil Brasileiro. Sujeitam-se, portanto, à fiscalização do Ministério Público, nos termos do Código Civil e do Código de Processo Civil, à legislação trabalhista e, em especial, ao prévio registro e credenciamento nos Ministérios da Educação e do Ministério da Ciência e Tecnologia, renovável bianualmente.

Segundo a classificação de Grazioli e Refael (2009, p. 59) são Fundações, instituídas por pessoas naturais ou jurídicas de direito privado, de apoio às instituições públicas de ensino superior, de extensão, de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico. Que descreve como sendo fundações de apoio as universidades e instituições de ensino superior públicos são instituídas com o objetivo de auxiliar essas instituições. Visando contribuir com a academia pública.

O art. 1º da lei 8.958/94 define o seguinte a respeito das Fundações de Apoio:

As Instituições Federais de Ensino Superior - IFES, bem como as Instituições Científicas e Tecnológicas - ICTs, sobre as quais dispõe a Lei no 10.973, de 2 de dezembro de 2004, poderão realizar convênios e contratos, nos termos do inciso XIII do art. 24 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, por prazo determinado, com fundações instituídas com a finalidade de dar apoio a projetos de ensino, pesquisa e extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico, inclusive na gestão administrativa e financeira estritamente necessária à execução desses projetos. (Redação dada pela Medida Provisória nº 495, de 2010)

As Fundações de Apoio não são criadas por lei nem mantidas pela União. O prévio credenciamento junto aos Ministérios da Educação e da Ciência e Tecnologia são requeridos em razão da relação entre as instituições federais e as fundações de apoio ser de fomento ao desenvolvimento de projetos de ensino, pesquisa e extensão, sendo função das fundações de apoio dar suporte administrativo e finalístico aos projetos institucionais.

A Lei também dispõe sobre as relações entre as instituições de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e a fundação de apoio. Estabelece rígidos mecanismos de controle, sobretudo pelo Tribunal de Contas da União, e exige como condição de funcionamento, o prévio registro e credenciamento dessas fundações no Ministério da Educação e no Ministério da Ciência e Tecnologia (OLAK, 2010).

A mesma norma autoriza as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica, contratem as fundações de apoio, nos termos com dispensa de licitação, por prazo determinado (inciso XIII do art. 24 da Lei nº 8.666/1993). E no seu (Art. 3º) estabelece que, na execução de atividades que envolvam a aplicação de recursos públicos estabelece que:

Art. 3. As fundações de apoio são obrigadas a:

- I - observar a legislação federal que institui normas para licitações e contratos da administração pública, referentes à contratação de obras, compras e serviços;
- II - prestar contas dos recursos aplicados aos órgãos públicos financiadores;
- III - submeter-se ao controle finalístico e de gestão pelo órgão máximo da Instituição Federal de Ensino ou similar da entidade contratante;
- IV - submeter-se à fiscalização da execução dos contratos de que trata esta lei pelo TCU e CGU.

2.6 – CARACTERIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO FUNCERN

Fundação de Apoio à Educação e Desenvolvimento Tecnológico do Rio Grande do Norte - Fundação de Apoio ao IFRN, regida pela Lei 8.958/94, entidade de direito privado, sem fins lucrativos, sediada em Natal-RN, constituída por pessoas jurídicas, com atuação em âmbito nacional, fundada por 08 (oito) Instituidores: Simas Industrial S.A; TELEMAR - Telecomunicações do Rio G. do Norte, Petrobras S.A; Supermercados Nordestão S.A; Know-How Consultorias e Sistemas Ltda; Rio Tinto Brasil Ltda e FECOERN - Fed. das Cooperativas de Energia Rural do RN em 19 de novembro de 1998. Com objetivos ao apoio à educação e ao desenvolvimento tecnológico do Rio Grande do Norte. Assim, com a missão de avançar no 3º milênio, apoiando ações educativas e implementando a pesquisa e extensão, em busca do desenvolvimento regional.

Com o objetivo de atuar na prestação de serviços de produção, no âmbito tecnológico, científico e cultural, além de extensão e pesquisa tecnológica junto a órgãos públicos ou privados, nacionais ou internacionais. Desenvolvendo projetos específicos para a necessidade de cada parceiro, ou até mesmo implantar os projetos já existentes. Com a capacidade de desenvolver projetos nas áreas de desenvolvimento local, Educação, Extensão, Pesquisa, Qualificação, Tecnologia e oferecer Consultorias.

O IFRN tem como função social promover educação científico-tecnológico-humanística visando à formação integral do profissional-cidadão, nos âmbitos científico, tecnológico e humanista. Com o objetivo primeiro de apoiar as ações do Instituto, a FUNCERN tem desburocratizado a execução de importantes projetos de pesquisa e extensão, cuja comunidade é a principal favorecida prestando apoio para atender a demandas resultantes do processo de implantação dos novos campi do IFRN no interior do Rio Grande do Norte (Caicó, Apodi, Macau, João Câmara, Pau dos Ferros, Santa Cruz e Ipanguaçu), além do auxílio dado às unidades anteriormente implantadas (Mossoró, Currais Novos, Zona Norte de Natal e Natal-Central).

Além disso, a FUNCERN financia os diversos eventos promovidos pelo IFRN, por meio de suas diretorias e departamentos, e as ações de modernização dos laboratórios de análises químicas, sendo também responsável por incorporar ao patrimônio do Instituto, por meio de Termo de Doação, equipamentos de informática, bibliográficos e mobiliários,

resultantes dos convênios de parceria, tudo à luz da legislação e normas pertinentes ao assunto.

A Fundação promove treinamento e capacitação de pessoal especializado em parceria com o segmento produtivo, permitindo uma articulação deste com o ambiente acadêmico. Atua em programas voltados ao bem estar social e desenvolvimento sustentável nas regiões urbanas e rurais. Viabiliza a concessão de bolsas de estudos no país e no exterior. Promove cursos, seminários, conferências e congressos para uma melhor capacitação técnica da comunidade. Exercendo e apoiando atividades de desenvolvimento tecnológico, científico, social e cultural. Também estimula a ação de projetos de pesquisa e desenvolvimento, bem como incrementar ações junto a órgãos financiadores e de fomento, colaborando com entidades que realizem trabalhos na mesma linha de atuação, e assim, promovendo e estimulando a prestação de serviços à comunidade.

Podendo estender centros de desenvolvimento de tecnologia em parceria com instituições públicas ou privadas, viabilizando recursos para promoção e apoio à pesquisa, ensino, extensão e desenvolvimento de tecnologias no IFRN.

A FUNCERN pode desenvolver projetos específicos para a necessidade de cada parceiro, ou até mesmo implantar os projetos já existentes. Prestar consultorias em diversas áreas, tais como: desenvolvimento sustentável, educação, gestão, pesquisa e tecnologia. A FUNCERN está apta a desenvolver cursos em sintonia com as necessidades de cada caso, além de contar com uma grande variedade de cursos já expandido em diversos segmentos. Além de concursos e monitoramentos em várias áreas, tendo executado trabalhos na esfera federal, estadual e municipal, podendo desenvolver parcerias nas mais diversas áreas.

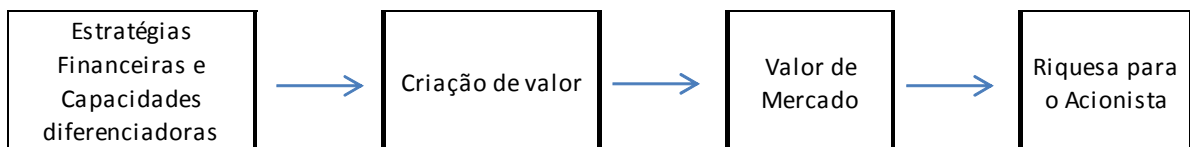
A Fundação tem, ainda, consolidado medidas de apoio às demandas relativas aos alunos carentes do IFRN, auxiliando no fornecimento mensal de vales-transporte, material esportivo e cultural, medicamentos, consultas médicas, bolsas de trabalho e refeições.

A FUNCERN é credenciada junto aos Ministérios da Educação (MEC) e da Ciência e Tecnologia (MCT), ao Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições Federais de Ensino Superior (CONFIES) e à Associação Brasileira de Instituições de Pesquisas Tecnológicas (ABIPTI), sendo reconhecida como entidade de utilidade pública em nível estadual e municipal.

2.7 - GESTÃO BASEADA EM VALOR

O modelo empresarial da gestão baseado em valor GBV, tem como objetivo a maximização da riqueza dos proprietários de capital, ou seja, aumentar o máximo possível o valor econômico agregado ao investidor. O sucesso de um empreendimento é medido por sua capacidade de adicionar riqueza a seus acionistas. Araújo, Assaf Neto, Fregonezi, (2006, p. 107) “para tanto, as receitas devem superar os gastos da empresa (custos e despesas), inclusive o custo de oportunidade do capital”. O modelo de valor prioriza essencialmente a longo prazo, a continuidade da empresa, sua capacidade de competir, ajustar-se aos mercados em transformar e agregar riqueza a seus proprietários, Figura 01.

Quadro 1 – Modelo Básico de Gestão Baseada em Valor



Fonte: Assaf e Lima, 2009, p. 323, (adaptado)

O principal indicador de agregação de riqueza é a *criação de valor econômico* EVA®, que se realiza mediante a adoção eficiente de estratégias financeiras e capacidades diferenciadoras. Para avaliar a capacidade de agregação de valor da empresa, são desenvolvidos direcionadores de valor dos negócios, cobrindo as diversas variáveis das estratégias selecionadas por sua administração Assaf Neto, (2009, p. 323).

2.7.1 – Direcionador de Valor

Direcionador de valor pode ser entendido como qualquer variável que exprime efetivamente uma influência sobre o valor da empresa. A análise desses indicadores deve permitir que se estude toda a cadeia de resultados que agrega valor para a empresa, assim como as áreas responsáveis pelas várias decisões, identificando seus pontos fortes. Deve ainda orientar os esforços de toda a organização em cumprir metas estabelecidas.

2.7.2 – Capacidades diferenciadoras

Capacidades diferenciadoras são entendidas como estratégias adotadas que permitem às empresas atuarem com um nível de diferenciação em relação a seus concorrentes de mercado, assumindo uma vantagem competitiva e maior agregação de valor a seus proprietários. O objetivo de uma capacidade diferenciadora é permitir que a empresa apure retorno esperado que exceda ao custo de oportunidade do capital investido, elevando seu preço de mercado.

2.7.3 – Estratégias financeiras

As estratégias financeiras, assim como as capacidades diferenciadoras, estão voltadas ao objetivo da empresa de criar valor a seus acionistas. As estratégias são identificadas em três dimensões: operacionais, financiamento e investimento, assim conforme o Quadro 2. O sucesso na criação de valor pelas empresas envolve a implementação de uma combinação dessas estratégias financeiras. Por exemplo, algumas empresas destacam-se por direcionadores de valor vinculado às estratégias operacionais de sistemas de distribuição e logísticas mais eficientes e maior giro de estoques. Outras empresas competitivas vêm priorizando a estratégia de financiamento, mediante a substituição de capital próprio por capital de terceiros, mais barato. As estratégias de investimentos podem ser implementadas pela busca eficiente de novas oportunidades de mercado criadoras de valor certas empresas têm seu sucesso fortemente lastreado em investimentos de novos produtos; pela redução dos investimentos sem alteração do volume de atividade a redução de investimento operacional e por meio também da identificação de ativos destruidores de valor que não conseguem produzir retorno suficiente a remunerar o custo de capital empregado.

Quadro 2 – Estratégias financeiras e direcionadores de valor

Estratégias Financeiras	Objetivos Estratégicos	Direcionadores de Valor
Operacionais	Maximizar a eficiência das decisões operacionais, estabelecendo políticas de preços, compras, vendas e estoques. Voltadas à criação de valor.	Crescimento das vendas; operacionais de cobrança e pagamentos; giro dos estoques; margem de lucro.
Financiamento	Minimizar o custo de capital da empresa, por meio das decisões de financiamento, promovendo o incremento de seu valor de mercado.	Estrutura de capital; custo de capital próprio; custo de capital de terceiros; risco financeiro.
Investimento	Implantar estratégias de investimento voltadas a agregar valor aos acionistas, por meio da obtenção de uma taxa de retorno maior que o custo de capital.	Investimento em capital de giro; investimento em capital fixo; oportunidades de investimentos; análise giro x margem; risco operacional.

Fonte: Assaf e Lima, 2009, p. 325, (adaptado)

A seleção desses direcionadores de valor podem beneficiar a empresa sob três formas: ajudar os gestores e colaboradores a entender como o valor é criado e como pode ser maximizado; orientar para a melhor forma de alocação de recursos visando maximizar valor e unir todos os membros da unidade de negócios em torno das mesmas prioridades.

Assaf e Lima (2009, p. 326) resalta que os indicadores de valor são de grande importância aos acionistas, investidores de mercado e analistas financeiros. São fundamentais, ainda, para uma avaliação da gestão da empresa, permitindo que os administradores tenham as melhores informações da realidade dos negócios e tomem as decisões financeiras que promovam a maximização da riqueza dos proprietários de capital.

2.7.4 – Compatibilidade da GBV nas Fundações de Apoio

A GBV tem a perspectiva de identificar o que cria e destrói valor dentro da empresa, auxiliando no direcionamento dos investimentos e na melhora da tomada de decisões estratégicas e operacionais na organização como todo.

Araújo, Assaf Neto e Fregonezi, (2006, p. 110), destaca que o foco da GBV, aliado à necessidade de aprimorar as técnicas de administração das entidades do Terceiro Setor, traz a perspectiva quanto à compatibilidade nas ESFL. Com a melhoria do processo de

tomada de decisões estratégicas nas entidades como um todo leva a contribuir para uma melhor gestão de recursos o que nas ESFL se destacam para um objetivo comum que pode ser definido por agregar valor a comunidade. O GBV como ferramenta de gestão visa melhorar o processo de tomada de decisões estratégicas e operacionais.

Outra perspectiva traz ao objetivo maior da empresa de maximizar o valor econômico agregado ao acionista. O qual nas organizações do terceiro setor não existe o acionista, os proprietários de capital que investem buscando um retorno financeiro. O que se espera dessas organizações é que tal investimento seja revertido para a comunidade, existindo assim, o objetivo de maximização e valor agregado em benefício da comunidade ao qual a entidade presta os seus serviços. Grazzioli e Refael (2009, p. 145) menciona o caso das Fundações privadas o que não se permite é a sua atuação puramente empresarial, com vistas somente a obter o lucro e distribuí-lo entre seus responsáveis, elas não podem jamais, possuir finalidade lucrativa, ou melhor, distribuir o superávit entre seus componentes. O que ocorre com as Fundações privadas é que elas surgiram em um contexto de pessoas humanitárias, movidas por um caráter social, destinando seu legado para o auxílio a sociedade, substituindo muitas vezes as funções estatais.

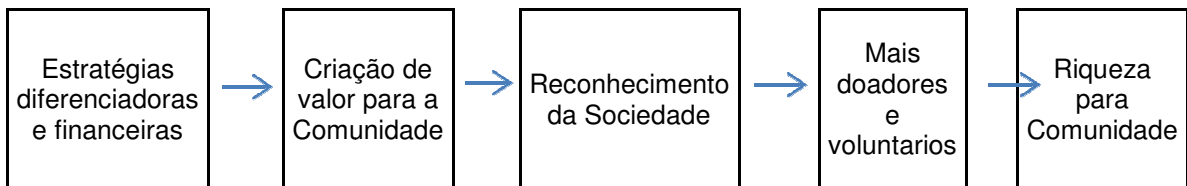
As fundações privadas podem exercer atividades econômicas lícitas para a realização dos seus fins estatutários. A atividade econômica ao qual se permite as fundações serve a incrementar o seu patrimônio, impedindo seu esgotamento, de modo a adaptá-la à realidade atual. Grazzioli e Refael (2009, p. 146) “permite, outrossim, que o instituidor possa ver sua fundação perpetuada no tempo, como é, em regra, o desejo daqueles que destinam parte de seu patrimônio para a realização de finalidades sociais”.

Por último, a perspectiva exposta no quadro 3, segundo Araújo; Assaf Neto; Fregonezi (2006), que mostra o processo de gestão sugerido para o GBV aplicável as empresas do Terceiro Setor. Inicialmente são definidas estratégias de diferenciação com o propósito de agregar vantagem competitiva e estratégias financeiras parcerias com o setor privado para financiar projetos sociais e assim criar valor a comunidade. Serão definidos objetivos estratégicos e, para cada objetivo, direcionadores de valor visando à geração de riqueza obtida em parceria com setor privado. Mudando o foco da criação de valor, comunidade ao invés do acionista, e o reconhecimento do valor gerado, que não se dá pelo mercado, mas pela sociedade. O uso dos direcionadores de valor pode auxiliar a empresa a evitar gastos de recursos, que são bastante escassos para as ESFL, ou ainda pode verificar se

os esforços para captação de recursos estão trazendo resultados satisfatórios. É com a melhora no seu processo de gestão que se verifica a viabilidade de aplicar a teoria proposta de Gestão Baseada em Valor, desenvolvida para empresas lucrativas, em empresas sem fins lucrativos e a possibilidade de atender às necessidades das empresas desse setor.

Araújo, Assaf Neto e Fregonezi (2006, p. 112 apud COPELAND; KOLLER E MURRIN, 2000) eles afirmam a utilidade do GBV como ferramenta de melhoria na tomada de decisão, que é a maior necessidade das empresas sem fins lucrativos. E reforçam por esse enfoque que é possível usar a ferramenta de gestão nessas organizações.

Quadro 3 – Visão Sintética de uma Gestão Baseada em Valor



Fonte: Araújo; Assaf Neto; Fregonezi, 2006, p. 111 (adaptado para o Terceiro Setor)

2.8 - VALOR ECONÔMICO AGREGADO OU ADICIONADO – EVA

O EVA® é uma marca registrada da Stern Stewart & Co. (U.S.A.). Os fundadores da organização, Joel Stern e G. Bennett Stewart III, foram os responsáveis pela tradução de trabalhos teóricos pioneiros para facilitar a compreensão e contribuir para aperfeiçoar o direcionamento dos recursos de qualquer organização. Os princípios são os mesmos utilizados no VBM (Value Based Management), que estão associados aos conceitos de VPL (valor presente líquido), que avalia os resultados da empresa descontando o custo capital. É uma medida de avaliação de performance financeira que tenta encontrar o verdadeiro resultado econômico gerado por uma empresa e que se encontra diretamente relacionado com a criação de valor para o acionista, CREPALDI (2004).

De acordo com Assaf Neto, (2009, p. 272-273) pode-se argumentar que o EVA® é um indicador de valor econômico agregado que permite aos executivos, acionistas e investidores avaliarem com clareza se o capital empregado num determinado negócio é bem remunerado.

Pode-se dizer que existe criação de valor quando se produz algo que vale mais do que o valor dos recursos utilizados para produzi-los. O valor econômico agregado é, portanto, o valor que uma empresa (investimento, ativo) consegue gerar descontando-se o custo do capital investido. Uma empresa somente cria valor se o retorno sobre o capital for maior do que o custo envolvido ou do que o retorno que os investidores podem obter em outras aplicações (custo de oportunidade) com risco equivalente.

Com a análise do EVA® a empresa pode determinar, em nível interno, onde se encontram as suas possibilidades de agregação de valor, bem como evidenciar onde estão os potenciais destruidores de capital. Em nível de usuários externos, os investidores podem ter a visão de uma empresa voltada para a criação de riqueza, preocupada com o capital investido, e na melhoria da imagem da empresa.

Como o acionista é o foco da abordagem do EVA®, todas as decisões da empresa devem ser tomadas com o propósito de maximização da sua riqueza através do aumento do valor da empresa, sendo que o seu valor somente pode ser aumentado se os investimentos realizados oferecerem retornos superiores ao custo do capital aplicado.

Segundo Iudícibus, Martins e Gelbcke (2007, p. 12-13), a criação do EVA® surgiu pela falta do não reconhecimento na contabilidade acerca do Custo de Oportunidade, ou seja, contabilizar o custo de usar o capital de terceiros, mas não o próprio. Assim não é computado, para diminuir o lucro contábil e se chegar, efetivamente, a um lucro mais econômico, o custo de oportunidade do patrimônio líquido dos sócios, ou seja, o quanto eles consideram como o que estariam ganhando na melhor alternativa desprezada ao fazerem seu investimento. Em outras palavras, não é contabilizado, na apuração do Resultado, o quanto os sócios consideram como o mínimo abaixo do qual não estariam interessados em manter-se como sócios tendo em vista o juro do dinheiro, o risco do negócio e as demais alternativas existentes para eles no mercado. A ausência da aceitação e do uso desse conceito pela Contabilidade no mundo inteiro é que levou a criação do Valor Econômico Adicionado – EVA®.

2.8.1 – Elementos que compõem o cálculo do EVA®

Normalmente, as empresas não possuem recursos próprios suficientes para financiar todos os seus projetos de investimentos e, por isso, necessitam de recursos captados de terceiros. Portanto, devem estabelecer uma estrutura de capital consistente com o risco de mercado ao qual estão sujeitas, uma vez que os riscos podem ser diferentes para cada tipo de empresa, por estarem relacionados com a área de atuação de cada uma.

A combinação específica de capital de terceiros e capital próprio adotada por uma empresa – sua estrutura de capital – é uma variável de decisão gerencial. O custo de capital da empresa como um todo reflete o retorno exigido dos ativos das empresas. Se uma empresa utilizar tanto capital de terceiros quanto capital próprio, esse custo geral de capital se apresenta como uma mistura dos retornos necessários para remunerar os seus credores e acionistas. Sendo assim, o custo de capital de uma empresa reflete tanto o custo de capital de terceiros quanto o seu custo de capital próprio.

2.8.2 – Custo do capital próprio

Segundo Gitman (1997, p. 431), o capital próprio “consiste de fundos a longo prazo, fornecidos pelos proprietários da empresa, os acionistas”. A característica do capital próprio é que os recursos permaneçam na empresa por tempo indeterminado. Segundo, Matias (2009, p. 325 apud ASSAF NETO, 2003) explica que o custo de capital próprio corresponde ao custo de oportunidade de mercado, representado por um ativo livre de risco. Dessa forma o custo de capital pode ser formado por duas partes: a taxa do ativo livre de risco e outra que é o prêmio pelo risco. No qual se constitui de um modelo que permite se determinar o valor numérico, da taxa de retorno exigida, aplicável na avaliação de fluxo de caixa. A taxa livre de risco, corresponde a um ativo que possui um risco mínimo, ou seja, quase não há risco de a instituição emissora não honrar o compromisso. Resumidamente, segundo esse modelo, calcula o retorno que os investidores esperam ganhar sobre um investimento patrimonial, dado o risco a ele inerente, e se torna o custo de remuneração exigido do capital próprio aos administradores da empresa.

2.8.3 – Custo médio ponderado de capital

O custo médio ponderado de capital o CMPC, segundo Gitman (1997, p. 432) reflete o futuro custo médio esperado de fundos da empresa no longo prazo. É determinado ponderando-se o custo de cada tipo específico de capital por sua proporção na estrutura de capital da empresa. O CMPC identifica o retorno que a empresa deve auferir em seus investimentos de maneira a remunerar suas fontes de financiamento. Que é calculado pela ponderação entre o custo efetivo de cada tipo de capital e sua participação percentual na empresa (ASSAF NETO e LIMA, 2009), pode ser expresso na seguinte equação: $CMPC = (K_e \times W_{PL}) + (K_i \times W_p)$, onde: K_e : custo de capital próprio, W_{PL} : participação do capital próprio (PL Líquido), K_i : custo de capital de terceiros (custo da dívida), W_p : participação do capital de terceiros (dívidas).

2.8.4 - Cálculo prático do EVA®

Araújo, Assaf Neto e Fregonezi, (2006, p. 108) descreve que na concepção do valor econômico, como o objetivo enunciado de qualquer empresa é gerar, em suas decisões financeiras, um retorno que remunere as expectativas de rendimentos de seus proprietários de capital, a comparação do Retorno sobre o Investimento (ROI) com o Custo Médio Ponderado do Capital (CMPC) permite identificar se a empresa está agregando ou destruindo valor econômico. Uma das formas de calcular o EVA® é: $EVA^{\circledR} = (ROI - CMPC) \times INV$, em que: ROI é o índice de retorno sobre o investimento calculado pela divisão do lucro operacional pelo investimento (INV); CMPC é o custo médio ponderado de capital, que como o nome já diz é a média ponderada do custo de capital próprio e do capital de terceiros e INV é o investimento de capital no empreendimento, dado pelo total do ativo reduzido do passivo de funcionamento (passivo não oneroso).

O valor econômico agregado é influenciado por qualquer fato que afete o lucro operacional, são exemplos: a variação da margem de lucro, mudanças na remuneração dos empregados, ocorrência de custos de estocagem, inadimplência de clientes entre outros. O custo de capital (variação nas taxas de desconto ou custo de oportunidade, variação na estrutura de capital) ou no tamanho do investimento tanto de capital próprio quanto de terceiros.

O EVA® representa o valor econômico agregado apenas do período (passado ou projetado) de ocorrência do lucro operacional. Para encontrar o valor adicionado da Empresa o MVA® (Market Value Added), é preciso aplicar o conceito de perpetuidade ao EVA®, descontando-o pelo custo de capital:

$$\text{MVA}^{\circledast} = \text{EVA}^{\circledast} / \text{CMPC}.$$

O investimento do acionista, Assaf Neto (2009, p.272) revela que atratividade econômica somente quando a remuneração oferecida for suficiente para remunerar o custo de oportunidade do capital próprio aplicado no negócio. Esse enfoque da moderna gestão das empresas passa a exigir atuação mais destacada da contabilidade e análise de balanços cobrindo as necessidades mais exigentes de informações de seus diversos usuários.

O valor criado ao acionista quando as receitas de vendas superam todos os custos e despesas incorridos, inclusive o custo de oportunidade do capital próprio. Nesse caso, o valor da empresa excederia ao de realização de seus ativos, indicando esse resultado adicional uma agregação de riqueza conhecida por MVA®.

Uma empresa destrói valor quando, mesmo apurando um lucro contábil, seu montante não conseguir cobrir o custo mínimo de oportunidade do capital investido. O retorno oferecido não se mostra capaz de remunerar o risco assumido pelo acionista, formando uma MVA® negativo, indicativo de destruição de valor. Os acionistas têm a expectativa de que a empresa gere retorno superior ao custo dos recursos investidos, promovendo uma valorização em seu valor de mercado, ou seja, a criação de riqueza.

3 - METODOLOGIA

A metodologia da pesquisa é um procedimento intelectual de investigação que utiliza métodos e técnicas apropriadas com a finalidade de buscar respostas ou soluções ao problema estudado.

De acordo com Gil (1999, p.42), pesquisa é definida “como o processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos”.

3.1 – TIPO DA PESQUISA

A tipologia da pesquisa, quanto ao procedimento do estudo, Bauren (2008, p. 83) “é a maneira pela qual se conduz o estudo e, portanto, se obtêm os dados”. Caracteriza-se como estudo de caso, pois analisa o fato com profundidade a respeito de determinado caso específico. Bauren (2008, p. 84) “a pesquisa do tipo estudo de caso caracteriza-se principalmente pelo estudo concentrado de um único caso”. Essa pesquisa teve como base um estudo realizado por Assaf Neto e Fregonesi (2006), com o título *Gestão Baseada em Valor Aplicada ao Terceiro Setor*.

Quanto aos objetivos da pesquisa se classifica como descritiva, Beuren (2008, p. 81 apud GIL, 1999) “o principal objetivo é descrever a característica de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”. Uma das principais características está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados.

De forma análoga, Beuren (2008, p. 81 apud ANDRADE, 2002) menciona que a pesquisa descritiva busca observar os fatos, registrá-los, analisá-los, classificá-los e interpretá-los, e o pesquisador não interfere neles.

Esta pesquisa também é identificada como uma pesquisa bibliográfica e documental. Segundo Beuren (2008, p. 89 apud GIL, 1999) a diferença entre a pesquisa documental e bibliográfica está na natureza das fontes, enquanto a bibliográfica é constituída do trabalho de diversos autores a respeito de determinado assunto; a documental consiste em materiais que não receberam análise e que podem ser reelaborados. Assim qualquer tipo de pesquisa em qualquer área do conhecimento, supõe e exige pesquisa bibliográfica prévia, quer para o levantamento da situação em questão, quer para fundamentação teórica. Assim verificamos que a pesquisa bibliográfica é o primeiro passo para se iniciar uma pesquisa científica, pois é através dela que se adquire o prévio conhecimento sobre o objeto pesquisado.

3.2 – UNIVERSO DA AMOSTRA

“População ou universo da pesquisa é a totalidade de elementos distintos que possui certa paridade nas características definidas para determinado estudo” (BEUREN, 2008,

p. 118). Num aspecto macro, a população é formada pela coleção de propriedades ou atributos, a população não se refere apenas a um grupo de pessoas sobre os quais se pretende conhecer, mas a uma coleção de unidades como: os seres humanos, os países, os fatos sociais, a produção agro-industrial, as empresas públicas ou privadas e objetos diversos. (BEUREN 2008, p. 118-119 apud LAPPONI, 1997).

Na pesquisa, não foi utilizado universo e amostra de dados por se tratar de pesquisa bibliográfica e documental, dessa forma o universo de estudo foram os relatórios contábeis publicados pela entidade.

Esta pesquisa contempla um estudo de caso com a finalidade de conhecer e avaliar a maximização da riqueza da entidade em questão através do GBV. Por motivos de conveniência, para desenvolver o estudo de caso foi escolhido a FUNCERN – Fundação de Apoio à Educação e ao Desenvolvimento Tecnológico de Rio Grande do Norte. Uma Fundação de apoio, instituição sem fins lucrativos.

3.3 – INSTRUMENTO E PROCESSO DE COLETA DE DADOS

Não foi utilizado método específico de coleta de dados. Desta forma, a pesquisa se deu através das informações dos relatórios das demonstrações contábeis. Tendo em vista que o presente trabalho utiliza informações contábeis para fins de determinação do valor do EVA®. Dessa forma, foram coletadas as seguintes fontes primárias: relatórios contábeis dos anos de 2010 e 2011 publicados pela entidade, e relatório de convênios e projetos.

3.4 – LIMITAÇÕES DA PESQUISA

O método da pesquisa utilizado é limitado ao conteúdo dos dados, assim como, o estudo de caso especificamente pelas peculiaridades das entidades do Terceiro Setor que requer o uso de adaptações necessárias para a avaliação econômica da entidade. Segundo Bauren (2008, p. 84) que esse tipo de pesquisa “é realizado de maneira mais intensiva, em decorrência dos esforços centrar-se em um determinado objeto de estudo”. No entanto, o fato de relacionar-se a um único objeto ou fenômeno constitui-se em uma limitação, uma vez que seus resultados não podem ser generalizáveis a outros objetos ou fenômenos.

4 - APLICAÇÃO E ANÁLISE DA FERRAMENTA GBV NAS FUNDAÇÕES DE APOIO

No mercado competitivo atual, somente sobrevivem as empresas eficientes, que se mostram capazes de agregar (criar) valor em suas decisões. Uma das melhores medidas de sucesso empresarial é a criação de valor aos acionistas que no nosso caso das Entidades sem fins lucrativos será o retorno para a sociedade. O lucro, ou melhor, o superávit que corresponde ao resultado positivo, conforme apurado pela contabilidade, somente garante a continuidade de um empreendimento se conseguir, pelo menos, igualar-se ao custo de oportunidade do capital investido. A Gestão Baseada em valor (GBV) é uma abordagem em que as decisões da empresa voltam-se para o objetivo de criação de riqueza dos acionistas que pode ser também nessa visão em benefício de algum retorno para a sociedade. Analisadas algumas teorias vamos agora atender ao objetivo da pesquisa quanto a possibilidade e a viabilidade de calcular o EVA®. Utilizando-se da teoria de criação de valor.

4.1 – POSSIBILIDADE DE CÁLCULO PARA O VALOR ADICIONADO

Para que haja a possibilidade do cálculo do valor econômico adicionado são levantadas em consideração três premissas:

a) é o modelo que parece atender com maior grau de eficiência à questão da relevância e confiabilidade da informação contábil; b) o modelo está estruturado com informações objetivas e c) cobertura dos princípios básicos de finanças, o da maximização da riqueza dos acionistas e o da apuração do valor da empresa, considerando o retorno futuro esperado pelos investidores, excluído o de capital (ARAÚJO, ASSAF NETO E FREGONEZI, 2006, p. 112).

Para calcular o EVA® é preciso conhecer três valores: ROI (Retorno sobre o Investimento), CMPC (Custo Médio Ponderado de Capital) e INV (valor total do Investimento excluindo-se o passivo não oneroso).

Para o cálculo do ROI é preciso conhecer as receitas, custos, despesas e impostos da organização, além do investimento (INV). As empresas sem fins lucrativos devem divulgar de acordo com a NBC T 10.19 as demonstrações contábeis (Balanço Patrimonial e Demonstração de Superávit ou Déficit) para a sociedade, assim como é realizado nas

sociedades anônimas. No que implica obter os valores para o cálculo do ROI e do INV das instituições.

Para tanto, a receita apresentada nas demonstrações ANEXO B, no que se refere as receitas próprias, referem-se predominantemente aos projetos e contratos a qual a fundação cobra em média 10% pelo serviço de execução do projeto ou em outros casos quando no projeto há sobra de recursos, e esses recursos são transferidos para a conta banco da Fundação (receitas próprias). Logo se o EVA® for calculado sob esse enfoque não irá refletir o valor adicionado à comunidade na sua plenitude. Isso porque a receita apresentada na demonstração de resultado não é gerada por todo o sacrifício exposto no custo dos serviços que a FUNCERN realiza. Sendo assim, deve-se usar um valor de receita que seja compatível com os custos incorridos, qual seja, incorporar a receita todos os serviços como os convênios que via de regra são contratos firmados com entidades públicas e não admitem cláusulas de remuneração para entidade, ou seja, não é possível a cobrança de taxa administrativa aos serviços que a Fundação presta. Diante dessas circunstâncias, hoje já é uma preocupação para os gestores dessas instituições por que essa modalidade de receber recursos através de convênios tem sido bastante representativa nas Fundações de apoio e que vem a causar a redução ou o não aumento no patrimônio social. Analisando os períodos de 2010 e 2011, será montada as Tabelas 01 e 02 com os valores dos convênios e projetos que a Fundação deixou de receber com o calculo da taxa institucional de 10% pelos serviços prestados. Se fosse possível aumentar as receitas próprias da Fundação, dessa forma. A FUNCERN poderia, por exemplo, ser uma entidade financiadora de projetos para alunos e professores da instituição ao qual ela presta serviços de apoio, ou até mesmo financiar ou doar recursos para outras entidades , mantendo assim, a sua finalidade de dar apoio a projetos de ensino, pesquisa e extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico, inclusive na gestão administrativa e financeira estritamente necessária à execução de projetos e prestando benefícios a sociedade.

O conceito do EVA® incorpora o preceito fundamental de que um negócio tem que produzir um retorno mínimo e competitivo sobre todo o capital nele investido. Porém, é importante entender que, na verdade, o EVA® é uma técnica para mudar o comportamento dos envolvidos numa organização. Vincular um determinado bônus ao EVA® tem o propósito de mudar toda a cultura da empresa. Entretanto, basear incentivos em aumentos do EVA® é apenas uma pequena parte da mudança necessária.

Tabela 01: Relatório de Convênios 2010

RELATORIO DE CONVENIOS 2010		
Projeto/Convênio/Parceria	Atividade	Valor
Projeto	Programa de Desenvolvimento de Educação Profissional UAB	395.163,00
Projeto	Projeto Museu de Mineralogia	83.300,00
Parceria	Semana de Tecnologias Sustentáveis SEATEC/IFRN	3.000,00
Parceria	Projeto CEF/EXPOTEC 2010	9.000,00
Projeto	Projeto Despertar CONDICA	120.000,00
Parceria	Projeto CREA/EXPOTEC 2010	6.000,00
Projeto	Projeto NIT/Incubadora de Empresas	9.423,65
Projeto	Projeto de Desenvolvimento do Programa INOVAR	396.000,00
Convênio	Convênio de Formação de Recursos Humanos	3.340.396,80
Convênio	Convênio FUNCERN/PMN/SEMSUR	85.800,00
Convênio	Convênio Programa Jovem Aprendiz PPJA/PETROBRAS	2.526.147,14
Convênio	Convênio/PETROBRAS/IFRN/Muro de Apodi	199.685,40
	TOTAL	7.173.915,99
	Taxa institucional 10% FUNCERN	717.391,60

Fonte: Elaborado pelo autor

Para o cálculo do CMPC, deve-se conhecer a estrutura do capital da empresa, o custo de oportunidade do capital próprio e o custo capital de terceiros. Não existe para tal fim dificuldades para levantar os dois primeiros, e quanto ao último à fundação não nunca fez uso desse tipo de capital como, por exemplo, empréstimos. Quanto ao cálculo do custo de capital próprio é difícil de ser medido, já que o patrimônio líquido da empresa é composto basicamente do patrimônio social, que corresponde a taxa cobrada nos serviços dos contratos, pela sobra de recursos de alguns projetos mais significativos, em investimentos de aplicação financeira, também em investimentos em ativos permanentes, e superávit ou déficit acumulados, que são resultados acumulados pela entidade. Portanto é difícil de ser medido. Pelos enfoques analisados ainda é possível o uso do GBV na aplicação desse modelo nas Entidades sem fins lucrativos.

Resumidamente, é possível ilustrar aplicabilidade do valor econômico agregado numa instituição sem fins lucrativos com foco da gestão voltado para uma fundação de apoio como a FUNCERN, considerando as adaptações e ressalvas que melhor remunerem as expectativas de rendimento para entidade.

Tabela 02: Relatório de Convênios 2011

RELATORIO DE CONVENIOS 2011		
Projeto/Convênio/Parceria	Atividade	Valor
Projeto	Projeto Museu de Mineralogia	178.784,00
Parceria	Projeto CEF/EXPOTEC 2011	6.000,00
Projeto	Projeto de Desenvolvimento do Programa INOVAR	594.000,00
Convênio	Convênio de Formação de Recursos Humanos	1.670.198,00
Convênio	Convênio FUNCERN/PMN/SEMSUR II	72.888,00
Convênio	Convênio FUNCERN/PMN/SEMSUR Diagnostico	48.300,00
Convênio	Convênio Prgrama Jovem Aprendiz PPJA/PETROBRAS	3.008.657,00
Convênio	Convênio FUNASA	54.080,00
Convênio	Convenio FUNCERN/SEBRAE/RN/IFRN Incubadora Campus Natal Central	15.000,00
Convênio	Convenio FUNCERN/SEBRAE/RN/IFRN Incubadora Campus Natal Cidade Alta	15.000,00
Convênio	Convênio de Assistência e Financeira/BNB	31.853,00
Convênio	Convênio FINEP/PROINFA/IFPE	120.156,00
Convênio	Convênio FINEP/CEDIPEDRO/IFRN	418.249,00
Convênio	Convênio FINEP/PROMOPETRO/IFRN	426.330,00
Convênio	Convênio FINEP/OTOLEITOR	269.110,00
Convênio	Convênio FINEP/E-GUIA	322.670,00
Convênio	Convênio FINEP/SEBRAE Projeto Lavra	66.980,00
Convênio	Projeto CONNEPI/2011	600.000,00
	TOTAL	7.918.255,00
	Taxa institucional 10% FUNCERN	791.825,50

Fonte: Elaborado pelo autor

4.2 - CÁLCULO DO VALOR ECONÔMICO AGREGADO PARA FUNCERN

As receitas operacionais da fundação são oriundas em grande parte dos serviços dos contratos que representa algo em torno de 30% a 40% de todos os recursos que ela administra anualmente. Assim, para o cálculo do EVA® da FUNCERN foram elaboradas as Tabelas 01 e 02, com recursos provenientes da taxa de administração de 10% sobre os recursos dos projetos de convênios caso fosse possível, para somar as receitas próprias já existentes pela Fundação. Para compor as tabelas 01 e 02 foram coletados dados dos relatórios

de 2010 e 2011 dos projetos de parcerias, contratos e convênios da Fundação (ANEXOS F e G). Ainda os dados que foram coletados não representam o todo dos projetos, a Fundação possui vários outros pequenos projetos de parceria que são contabilizados como convênios, por serem projetos de ajuda a instituição para alunos que estão iniciando a prática de pesquisa, e também diretamente ao IFRN como doação.

A tabela 03 mostra o cálculo do resultado operacional incluindo as receitas da taxa institucional para os convênios representado nas tabelas 01 e 02. A instituição não apresenta capital oneroso de terceiros, portanto não existe necessidade de ajustar o resultado operacional relativo a despesas financeiras que represente custo de capital de terceiros. Os demais valores permanecem inalterados e as demais informações são apresentadas na demonstração original anexo B.

Tabela 03: Cálculo do Resultado Operacional dos anos de 2010 e 2011

CÁLCULO DO RESULTADO OPERACIONAL				
	2011	%	2010	%
RECEITAS				
Receitas Operacionais Próprias	1.499.828,65	100,00	2.031.100,78	100,00
Receitas Próprias	708.003,15	47,21	1.313.709,18	64,68
Receitas taxa Institucional/Convênios	791.825,50	52,79	717.391,60	35,32
Receita Financeira Líquida	75.395,95		76.651,27	
Total das Receitas	1.575.224,60		2.107.752,05	
DESPESAS OPERACIONAIS PRÓPRIAS				
Total das Despesas	855.475,28		1.327.240,39	
Resultado Operacional	719.749,32		780.511,66	

Fonte: Elaborado pelo autor

As tabelas 04 e 05 mostram o cálculo do EVA®, com o resultado operacional da demonstração do superávit ou déficit original (Anexo B). Para o cálculo de ambas as tabelas, adotou-se como custo de capital CMPC a taxa Selic (taxa de juros de livre risco no Brasil), conforme discutido no item anterior sobre a possibilidade de cálculo deste indicador para as empresas sem fins lucrativos. Em 2010 o EVA® apresenta um valor negativo de R\$ 90.717,03 e em 2011, também negativo de R\$ 322.880,77. Isso demonstra que pelo conceito

da gestão baseada em valor significa que a Fundação está destruindo valor econômico. Em 2011 a Fundação apresentou no resultado um déficit de R\$ 72.076,18 o que fez o ROI também ser negativo e o cálculo de EVA® negativo bastante representativo diante do resultado operacional, mesmo com os benefícios fiscais de imunidade e isenção, isso mostra que o retorno sobre o capital investido não está gerando o retorno real das operações da entidade atualmente, e contando também com uma taxa de custo de capital médio razoável para o período medida pela taxa Selic dos anos de 2010 e 2011. A situação como esperado para a FUNCERN é um alerta para a instituição indicar mudanças na gestão das receitas e administração de recursos. Para um nível de visualização deve-se analisar o volume de projetos voltados aos contratos ou convênios que agreguem valor ao capital da instituição através de ativos.

Tabela 04: Cálculo do EVA® 2010

CÁLCULO DO EVA® 2010	
ROI	5%
Resultado Operacional	63.120,06
Investimento	1.525.866,72
CMPC (Selic)	10,75%
EVA® = (ROI-CMPC) x INV	-90.717,03

Fonte: Elaborado pelo autor

Tabela 05: Cálculo do EVA® 2011

CÁLCULO DO EVA® 2011	
ROI	-10%
Resultado Operacional	-72.076,18
Investimento	1.524.445,83
CMPC (Selic)	11,00%
EVA® = (ROI-CMPC) x INV	-322.880,77

Fonte: Elaborado pelo autor

Em outra análise, o EVA® (ajustado), as tabelas 06 e 07 dos anos de 2010 e 2011 que nos mostra a aplicação do cálculo do EVA® (ajustado) com os resultados operacionais da Tabela 03. Evidenciando a receita criada a partir da taxa de administração cobrada dos convênios, a avaliação apresentada nos mostra um situação bem superior. Com o ROI em 2010 de 109% e em 2011 de 91%, isso em termos financeiros representa um retorno proporcional do investimento. Significa dizer que a iniciativa de receita gerada com o cálculo do resultado operacional provenientes da taxa de administração cobradas dos convênios consegue pagar os investimentos realizados. O cálculo do ROI (ajustado) evidencia que a Fundação está criando valor, resultado que faz com que a instituição obtenha retorno dos serviços prestados sociedade, ultrapassando as expectativas do seu patrimônio social, tornando-a eficiente financeiramente, e assim, garantindo disposição para a sua continuidade.

O cálculo do EVA® (ajustado) demonstra que quanto maior ou mais eficiente à formação do caixa oriundas das operações de ativo, melhor é a capacidade de pagamento aos

proprietários que como já mencionado anteriormente para as entidades do terceiro setor melhor para a sociedade.

No comparativo do EVA® e do EVA® (ajustado), vimos também que o superávit apresentado em 2010 na Demonstração de Superávit e Déficit, não produziu para o EVA® um resultado positivo. A apuração de um resultado positivo na Demonstração de Resultado, não garante necessariamente o sucesso da entidade. O indicador do EVA®, por considerar a melhor remuneração exigida para os acionistas que caso em questão será revertido para a sociedade, constitui-se uma medida de avaliação que se preocupa também com a continuidade da empresa.

Tabela 06: Cálculo do EVA® 2010(ajustado)

CÁLCULO DO EVA® 2010	
ROI	109%
Resultado Operacional	780.511,66
Investimento	1.525.866,72
CMPC (Selic)	10,75%
EVA® = (ROI-CMPC) x INV	1.496.090,20

Fonte: Elaborado pelo autor

Tabela 07: Cálculo do EVA® 2011(ajustado)

CÁLCULO DO EVA® 2011	
ROI	91%
Resultado Operacional	719.749,32
Investimento	1.524.445,83
CMPC (Selic)	11,00%
EVA® = (ROI-CMPC) x INV	1.217.993,60

Fonte: Elaborado pelo autor

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os resultados obtidos, no comparativo do EVA® e do EVA® (ajustado), o cálculo do EVA® apresentou resultados negativos a partir do Resultado Operacional divulgado pela FUNCERN, tanto para o ROI como o EVA®, somente o ROI de 2010 que apresentou o resultado positivo de 5%, bastante baixo como retorno financeiro isso devido também ao superávit de R\$ 63.120,06. Já para o EVA® (ajustado) agregando a receita gerada com o cálculo do resultado operacional provenientes da taxa de administração cobradas dos convênios os resultados do ROI e EVA® ultrapassam as expectativas do seu patrimônio social, tornando-a eficiente financeiramente, o comparativo nos mostra a indicação de que a Fundação necessita de mudanças na estratégia de gestão quanto em avaliar melhor a origem dos seus recursos, e considerando as particularidades de uma instituição sem fins lucrativos, fundação de apoio, a geração de valor é para o benefício da sociedade e o valor econômico agregado é para a comunidade, a FUNCERN hoje tem dificuldades de implementar projetos ou até mesmo financiar com recursos próprios pequenos projetos, projetos estes que geram benefícios a comunidade. E o GBV atende a essas necessidades, de um sistema estratégico capaz de apoiar o processo de tomada de decisões operacionais.

Conclui-se, também, que o EVA® é importante não apenas como uma medida, mas como um sistema de gestão empresarial e como ferramenta para aumentar a riqueza da empresa. Tal afirmação se dá pela apresentação dos resultados da pesquisa, bem como pela ênfase aos elementos que fazem parte da determinação do EVA® e suas principais vantagens pela aplicação nas entidades do Terceiro Setor. A ferramenta também é fundamental para que os administradores da entidade tenham informações através desses comparativos sobre a realidade da instituição e possam tomar decisões financeiras que maximizem o retorno para a comunidade.

O instrumento de medição EVA® conjuga também conceitos que permitem uma modelagem no sistema de gestão em todos os segmentos da organização e tenciona uma busca por ações que visam o aumento no valor da empresa, que no nosso caso o foco será em benefício da sociedade. Todavia, para que o corpo gerencial possa utilizar eficazmente o modelo, a contabilidade precisa estar alinhada com este processo, principalmente no que se refere à contabilidade gerencial e auxílio na determinação dos fatores que direcionam a agregação de valor para a empresa.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Adriana Maria Procópio de; ASSAF NETO, Alexandre; FREGONESI, Mariana Simões Ferraz do Amaral. **Gestão Baseada em Valor Aplicada ao Terceiro Setor**; Revista Contabilidade e Finanças. São Paulo: Edição Comemorativa FEA/USP 60 ANOS, p. 105 – 118, set. de 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rcf/v17nspe/v17nspea09.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2012.

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e Análise de Balanços: um enfoque econômico-financeiro**. 8ª edição, 4ª reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

ASSAF NETO, Alexandre; LIMA, Fabiano Guastu. **Curso de Administração Financeira**. São Paulo: Atlas, 2009.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Consulta à taxa selic diária**. Disponível em: <www3.bcb.gov.br/selic/consulta/taxaSelic.do?method=listarTaxaDiaria>. Acesso em 15 mai. 2012.

BETTIOL JUNIOR, Alcides; VARELA, Patrícia Varela. **Demonstrações Contábeis para Instituições do Terceiro Setor: um estudo do Statement of Financial Accounting Standards nº. 117 (fas. 117)**. Fipecafi, 2007. Disponível em: <www.congressosp.fipcaf.org/artigos62006/539.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2012.

BEUREN, Ilse Maria. **et al. Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade**: organizadora e colaboradora. 3ª edição, 2ª reimpr., São Paulo: Atlas, 2008.

BRASIL, Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços inclusive publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília-DF, 21 de junho de 1993. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8666cons.htm>. Acesso em 10 abr. 2012.

BRASIL, Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994. Dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília-DF, 20 de dezembro de 1994. Disponível em: <www.planalto.gov.br/aaivil_03/leis/L8958.htm>. Acesso em 10 abr. 2012.

BRIGHAM, Eugene F.; EHRHARDT, Michael C.; GAPENSKI, Louis C. **Administração Financeira: teoria e prática**. 1ª edição, 7ª reimpr., São Paulo: Atlas, 2008.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. **NBC T 10.19 – Entidades sem Finalidade de lucros**. Brasília, 2008. Disponível em: <www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_877.doc>. Acesso em: 19 abr. 2012.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. **NBC T 3 – Conceito, Conteúdo, Estrutura e Nomenclatura das Demonstrações Contábeis**. Brasília, 2008. Disponível em: <www.cfc.org.br/conteudo.aspx?codMenu=249&codConteudo...>. Acesso em 19 abr. 2012.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Manual de Procedimentos Contábeis para Fundações e Entidades de Interesse Social**. Brasília: CFC, 2007.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade Gerencial: teoria e prática**. 3ª edição, São Paulo: Atlas, 2004.

FUNCERN. Disponível em: <<http://www.funcern.br/institucional.html>>. Acesso em: 20 abr. 2012.

GARRISSON, Ray H.; NOREEN, Eric W.; BREWER, Peter C. **Contabilidade Gerencial**; Tradução e revisão Antonio Zorato. Rio de Janeiro: LCT, 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar um Artigo Científico**. São Paulo: Atlas, 2007.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de administração financeira**. 7. ed. São Paulo: Harbra, 1997.

GRAZZIOLI, Airton; RAFAEL, Edson José. **Fundações Privadas: Doutrina e Prática**. São Paulo: Atlas, 2009.

HORNGREN, Charles T.; SUNDEM, Gary L.; STRATTON, Willian O. **Contabilidade Gerencial**; Tradução Elias Pereira. 12ª edição, São Paulo: Prentice Hall, 2004.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBECKE Ernesto Rubens. **Manual de Contabilidade das Sociedades por ações: aplicável às demais sociedades**. FINECAFI. 7ª edição, 2ª reimp. São Paulo: Atlas, 2007.

MATIAS, Alberto Borges. **Análise Financeira Fundamentalista de Empresas**. CEPEFIN. Equipe de professores do INEPAD. São Paulo: Atlas, 2009.

OLAK, Paulo Arnaldo; NASCIMENTO, Diogo Toledo do. **Contabilidade para Entidades sem Fins Lucrativos (Terceiro Setor)**. 3ª edição. São Paulo: Atlas, 2010.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. **Planejamento Estratégico: conceito, planejamento e práticas**. 12ª edição, São Paulo: Atlas, 1998.

PORTAL DO MINISTERIO DA EDUCAÇÃO. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=1022&id=12508&option=com_content&view=article>. Acesso em: 24 abr. 2012.

REZENDE, Tomaz Aquino e Colaboradores SILVA, Bianca Monteiro; SILVA, Eduardo Marcondes Filinto. **Roteiro do Terceiro Setor. Associações e Fundações: o que são como constituir e prestar contas**. 3ª edição, ver., Atal. e ampli. – Belo Horizonte: PRAX, 2006.

SILVA, Maurício Corrêa da. **Demonstrações Contábeis Públicas: Indicadores de Desempenho e Análise**. 1ª edição. São Paulo: Atlas, 2012.

SILVEIRA, Ricardo Boeing da; CAMPOS, Lucila Maria de Souza; MARCON, Rosilene. **A segmentação e a promoção na captação de recursos: um Estudo em Fundações do Terceiro Setor**. FACES, R. Adm. Belo Horizonte: v. 5, n. 2, p. 25-40, mai/ago 2006.

ANEXO A – BALANÇO PATRIMONIAL



Fundação de Apoio à Educação e ao Desenvolvimento
Tecnológico do Rio Grande do Norte

BALANÇO PATRIMONIAL

CNPJ: 02.852.277/0001-78

	31/12/2011	31/12/2010
ATIVO	10.884.965,22	8.933.247,82
ATIVO CIRCULANTE	10.267.747,87	8.287.963,67
DISPONÍVEL	9.713.236,22	7.256.647,22
BANCOS	1.479.989,08	1.393.767,34
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	8.233.247,14	5.862.879,88
CRÉDITOS A RECEBER	550.892,57	1.029.794,30
DESPESAS ANTECIPADAS	3.619,08	1.522,15
ATIVO NÃO CIRCULANTE	617.217,35	645.284,15
IMOBILIZADO	617.217,35	645.284,15
BENS MÓVEIS	252.981,00	222.651,70
BENS IMÓVEIS	445.440,49	445.440,49
(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA	(81.204,14)	(22.808,04)
PASSIVO	10.884.965,22	8.933.247,82
PASSIVO CIRCULANTE	9.360.519,39	7.407.381,10
FORNECEDORES	64.975,09	2.758,18
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS	281.705,85	267.033,44
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	14.961,00	17.419,39
SERVIÇOS E BOLSAS A PAGAR	246.954,13	51.433,79
CONVÊNIOS E CONTRATOS A EXECUTAR	8.481.076,03	6.850.791,05
PROVISÕES	270.847,29	217.945,25
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.524.445,83	1.525.866,72
PATRIMÔNIO SOCIAL	1.596.522,01	1.318.892,08
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	136.994,25
SUPERÁVIT OU DÉFICIT DO EXERCÍCIO	(72.076,18)	69.980,39
Natal, 31 de dezembro de 2011.		

ANEXO B – DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT OU (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO



Fundação de Apoio à Educação e ao Desenvolvimento
Tecnológico do Rio Grande do Norte

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT OU DÉFICIT

CNPJ: 02.852.277/0001-78

Exercícios findos em 31 de dezembro

	2011	2010
RECEITA BRUTA		
RECEITA PRÓPRIAS	708.003,15	1.313.709,18
RECEITAS DE CONVÊNIOS/PROJETOS	11.487.241,90	12.555.131,60
(-) DEVOLUÇÕES/CANCELAMENTOS	-	-
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	12.195.245,05	13.868.840,78
DESPESAS OPERACIONAIS	(12.267.321,23)	(13.805.720,72)
PRÓPRIAS	(780.079,33)	(1.250.589,12)
Despesas Administrativas	(855.475,28)	(1.327.240,39)
Ordenados e Encargos Sociais	(300.146,16)	(230.893,90)
Bolsas e Ajuda de Custo	(235.650,00)	(259.170,00)
Contratação de Pessoal e Encargos	(16.232,60)	(20.007,00)
Passagens, Locomoção e Diárias	(10.119,40)	(12.722,28)
Serviços Contratados - Pessoa Jurídica	(101.309,88)	(405.889,11)
Consultoria Jurídica Contábil e Técnica	(97.204,00)	(269.554,33)
Materiais Diversos	(29.392,14)	(57.406,02)
Taxas, Alvarás e Outros Encargos	(17.231,36)	(11.690,74)
Depreciação	(48.189,74)	(59.907,01)
Resultado Financeiro líquido	75.395,95	76.651,27
CONVÊNIOS / PROJETOS		
DESPESAS NA EXECUÇÃO DE PROJETOS	(11.487.241,90)	(12.555.131,60)
RESULTADO OPERACIONAL	(72.076,18)	63.120,06
Superávit ou Déficit do Exercício	(72.076,18)	63.120,06
Natal, 31 de dezembro de 2011		

ANEXO C – DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO SOCIAL



Fundação de Apoio à Educação e ao Desenvolvimento
Tecnológico do Rio Grande do Norte

DMPL - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

CNPJ: 02.852.277/0001-78
Exercício findo em 31 de dezembro

DISCRIMINAÇÃO	PATRIMÔNIO SOCIAL	SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	TOTAL
Saldo em 31 de dezembro de 2009	828.284,68	364.742,46	1.193.027,14
Transferência para Capital Social	364.742,46	(364.742,46)	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	136.994,25	-	136.994,25
Superávit do Exercício	-	69.980,39	69.980,39
Incorporações de Imobilizado	125.865,00	-	125.865,00
Saldo em 31 de dezembro de 2010	1.455.886,39	69.980,39	1.525.866,78
Incorporação do superávit	69.980,39	(69.980,39)	-
Ajuste de Exercícios anteriores	70.655,23	-	70.655,23
Déficit do Exercício	-	(72.076,18)	(72.076,18)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	1.596.522,01	(72.076,18)	1.524.445,83

Natal, 31 de dezembro de 2011.

ANEXO D – DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA



Fundação de Apoio à Educação e ao Desenvolvimento
Tecnológico do Rio Grande do Norte

DFC - DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA

CNPJ: 02.852.277/0001-78

Exercício findo em 31 de dezembro

	2011	2010
ATIVIDADES OPERACIONAIS	2.486.918,30	2.382.977,87
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	(72.076,18)	69.980,39
DEPRECIÇÃO	58.396,16	59.550,34
VARIAÇÃO DE CONTAS A RECEBER	478.901,73	1.210.810,11
Repasse financeiros a receber	348.974,54	1.338.870,44
Depósito sobre caução	33.673,00	(5.273,00)
Adiantamentos pagos	99.898,43	(122.000,34)
Outros valores a receber	(3.644,24)	(786,99)
VARIAÇÃO DE DESPESAS ANTECIPADAS	(2.096,93)	2.124,14
VARIAÇÃO DE PASSIVOS	1.953.138,29	903.518,64
Convênios a executar	1.630.284,98	781.132,91
Fornecedores e pessoal a pagar	76.889,32	96.444,30
Provisão para férias e encargos	52.902,04	121.624,46
Tributos e contribuições	(2.458,39)	(44.143,58)
Outras variações passivas	195.520,34	(51.539,45)
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	70.655,23	136.994,25
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(30.329,30)	(39.829,95)
Aplicações no Imobiliado	(34.904,00)	(39.829,95)
Baixas do Imobilizado	4.574,70	
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	2.456.589,00	2.343.147,92
CAIXA mais EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAIS	7.256.647,22	4.913.499,30
CAIXA mais EQUIVALENTES DE CAIXA FINAIS	9.713.236,22	7.256.647,22
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	2.456.589,00	2.343.147,92
Natal, 31 de dezembro de 2011.		

ANEXO E – NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2011

FUNDAÇÃO DE APOIO A EDUCAÇÃO E AO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DO RIO GRANDE DO NORTE – FUNCERN CNPJ nº. 02.852.277/0001-78

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação de Apoio a Educação e ao Desenvolvimento Tecnológico do Rio Grande do Norte – FUNCERN fundada em 23 de outubro de 1998, credenciada ao Ministério da Educação sob o registro de no. 104, no livro I, na folha de no. 35, em data de 17/05/1999 é pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, sendo inscrita no 2º Ofício de notas no livro “A” 83 sob o número de registro 3486, tendo como principal objetivo apoiar as atividades de pesquisa, ensino e extensão, bem como o desenvolvimento institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, cuja relação é regulamentada pela Lei 8.958/94 e pelo Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010. A FUNCERN possui imunidade aos impostos e contribuições federais, nos termos do Artigo 150, Parágrafo VI, Item C da Constituição Federal de 1988 e imune ao Imposto sobre serviços – ISS / Prefeitura Municipal de Natal.

NOTA 2 – PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

A FUNCERN desenvolve atividades que tem como objetivos apoiar o desenvolvimento de atividades de pesquisa, ensino e extensão bem como o desenvolvimento institucional do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN, mediante assessoramento à elaboração de projetos e administração dos recursos obtidos, promovendo a prestação de serviços, visando aprimorar e facilitar o desenvolvimento de suas atividades, treinamentos e capacitação de pessoal especializado permitindo no âmbito acadêmico o atendimento dos objetivos a que se propõe, colaborando com entidades que realizem trabalhos na sua linha de atuação, concedendo bolsas de ensino, pesquisa e extensão, como apoio e incentivo a execução de projetos, exercendo e apoiando atividades de desenvolvimento tecnológico, científico e cultural.

NOTA 3 – FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as disposições da Lei nº 6.404/76 consolidada com as alterações posteriores, com as normas editadas pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade, especialmente a NBC TG 07 e NBCT 10.4 e legislação complementar no que lhe é aplicável e as Regulamentações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

As demonstrações contábeis estão sendo apresentado de acordo com as práticas contábeis aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000), em consonância com a Lei 6.404/76 e suas alterações posteriores com as normas editadas pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade, especialmente a NBC TG 07 e NBCT 10.4, NBC T 10-19 e legislação complementar no que lhe é aplicável e as Regulamentações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

A fundação adotou para o exercício de 2011, as normas, revisões de normas e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitidos até 31 de Dezembro de 2011, exceto às não lhe são aplicáveis em função de sua atividade fim.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa está sendo apresentada pelo método indireto, partindo do Lucro Líquido e do Caixa obtido das atividades operacionais, de acordo com o pronunciamento técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis número 03.

As Demonstrações Contábeis, incluindo as Notas Explicativas, estão apresentadas adotando-se como expressão monetária a "unidade de reais" e de forma comparativa ao exercício anterior.

A data da autorização para conclusão e elaboração das demonstrações contábeis foi em 24/04/2012, aprovada pela Diretoria Executiva da FUNCERN.

NOTA 4 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

4.1 DO REGISTRO DO IMOBILIZADO

Demonstrado ao custo histórico para os bens adquiridos a partir de 1º janeiro de 1996, e os anteriores, corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens. Os bens adquiridos têm como destinação o apoio estrutural às ações da Fundação, não tendo caráter de geração de recursos. Na execução dos Projetos os bens são doados ao IFRN via de regra, com base na Resolução 002/2000 do Conselho Curador desta Fundação. Desta forma a Fundação vem contribuir com o desenvolvimento institucional do IFRN.

4.2 DO REGISTRO DA RECEITA E DESPESA

As Receitas da Fundação são reconhecidas à medida da execução das Despesas dos Projetos em contrapartida dos saldos a executar mensalmente tendo como a base o Princípio da Competência e a vinculação da Despesa à Receita correspondente, conforme NBC TG 07.

4.3 ATIVO E PASSIVO CIRCULANTE

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, todos representados por direitos e obrigações à curto prazo;

4.4 APLICABILIDADE DO CPC 12

Apesar da aplicabilidade do CPC 12, para a FUNCERN, não se evidenciam contas em seu Ativo e Passivo Circulante e Não Circulante, situações que devam ser trazidas a valor presente, pois a sua maior representatividade são recursos de Convênios registrados em Disponibilidades (bancos e aplicações) e suas respectivas obrigações provisionadas no passivo.

NOTA 5 - APRESENTAÇÃO ANALÍTICA DOS PRINCIPAIS GRUPOS DE CONTAS

5.1 Caixa e Equivalente de Caixa

Representado pelos saldos existentes em contas correntes bancárias e em aplicações financeiras e estão segregados em recursos livres e com restrições. Recursos livres estão à disponibilidade da administração para provimento de infra-estrutura, recursos humanos e manutenção administrativa da Fundação. Os recursos com restrições representam os valores em conta-corrente ou aplicações financeiras destinadas à execução de projetos conforme orçamento próprio.

Composição quanto a natureza dos recursos

DESCRIÇÃO	2011	%	2010	%
RECURSOS LIVRES	989.652,00	10	972.051,00	13
RECURSOS C/ RESTRIÇÃO	8.723.584,00	90	6.284.596,00	87
TOTAL	9.713.236,00	100	7.256.647,00	100

Recursos com Restrições:

Descrição	Saldo em 31/12/2011	%	Saldo em 31/12/2010	%
FUNCERN PETROBRAS IFRN PRH	2.123.759	24%	2.620.292	42%
FUNCERN PETROBRAS PPJA	875.274	10%	142.940	2%
FUNCERN INOVAR	698.281	8%	343.894	5%
FUNCERN FINEP 2535 2009	438.404	5%	-	0%
FUNCERN GESTÃO AMBIENTAL 1 E 2	395.548	5%	395.163	6%
FUNCERN FINEP 01.10.0621.00	378.304	4%	-	0%
FUNCERN VALE 2011	363.942	4%	-	0%
FUNCERN CONNEPI 2011	292.306	3%	-	0%
FUNCERN VALE GAHER	258.685	3%	-	0%
FUNCERN FINEP 01.10.0473.00	232.462	3%	-	0%
FUNCERN FAI	187.377	2%	-	0%
FUNCERN IFRN PROEJA IV	186.700	2%	190.903	3%
FUNCERN COOP PESCADORES	139.864	2%	129.680	2%
FUNCERN FINEP 01.10.0483.00	139.707	2%	-	0%
FUNCERN IDIOMAS	139.310	2%	193.029	3%
FUNCERN FINEP IFPE 01.10.0772.00	126.285	1%	-	0%
FUNCERN PETROBRAS PPJA	123.367	1%	220.126	4%
FUNCERN SERVIÇOS	108.940	1%	17.750	0%
FUNCERN GESTÃO AMBIENTAL 3 E 4	99.704	1%	111.552	2%
FUNCERN PETROBRAS MUSEU	85.890	1%	-	0%
FUNCERN IFRN CURSO TEC SEG	78.149	1%	78.663	1%
FUNCERN SEBRAE RN	72.597	1%	-	0%
FUNCERN ASGA -2005	70.379	1%	64.599	1%
FUNCERN/FINEP SEBRAE CP	69.279	1%	-	0%
FUNCERN FINEP PROJETO LAVRA	69.279	1%	-	0%
FUNCERN EDUCAÇÃO BÁSICA	60.700	1%	60.489	1%
FUNCERN CONCURSOS	50.168	1%	20.648	0%
FUNCERN PROMINP	48.661	1%	-	0%
FUNCERN IFRN NAAE	46.918	1%	11.186	0%
FUNCERN IFRN PROEJA III	43.953	1%	40.343	1%
FUNCERN PROEJA V	43.637	1%	-	0%
Diversos	675.757	8%	1.643.338	26%
Total	8.723.584	100%	6.284.596	100%

5.2 REPASSES FINANCEIROS A RECEBER

Descrição	2011	2010
IFRN	499.184	-
FINEP	-	844.579
Outros	1.000	4.580
Total	500.184	849.159

5.3 IMOBILIZADO

Descrição	Taxa Depreciação a.a	Custo em 31/12/2011	Adições	Baixa	Depreciação	Saldo Líquido 2011	Saldo Líquido 2010
Bens Imóveis		445.440	-	-	(15.068)	430.372	437.906
Terrenos	-	257.087	-	-	-	257.087	257.087
Edifícios	4%	188.354	-	-	(15.068)	173.285	180.820
Bens Móveis		252.981	34.904	(4.575)	(66.136)	186.845	207.378
Mobiliário em geral	10%	68.850	1.460	(4.340)	(6.788)	62.062	71.730
Veículos de Uso	20%	84.247	24.410	-	(41.276)	42.971	44.563
Equip. de processamento de dados	20%	73.104	9.034	-	(15.394)	57.710	64.070
Obras de Arte	-	-	-	(235)	-	-	235
Equipamento de áudio vídeo e foto	10%	4.400	-	-	(440)	3.960	4.400
Maq utens e equip.	10%	410	-	-	(41)	369	410
Aparelhos E Utensílios Domésticos	10%	21.970	-	-	(2.197)	19.773	21.970
Total	-	698.421	34.904	(4.575)	(81.204)	617.217	645.284

5.4 CONVÊNIOS E CONTRATOS A EXECUTAR

Representa a obrigação de execução dos Projetos firmados em contrapartida do recebimento recursos e registrados no grupo Disponível com restrições, conforme instrumento jurídico, orçamento e programação financeira.

5.5 PATRIMÔNIO SOCIAL

É composto pelos valores de constituição ajustados pelos superávits ou déficits de cada exercício.

O ajustes de exercícios anteriores (2011 e 2010), referem-se na sua maior relevância a regularização de saldos de provisões de convênios a executar (já encerrados), cujas receitas e/ou despesas não foram reconhecidos tempestivamente na data de sua realização.

5.6 DESPESAS COM EXECUÇÃO DE PROJETOS

O registro das despesas dos projetos, bem como da Fundação é reconhecido mediante a sua execução, controladas através de contas gerenciais específicas para cada projeto, sendo possível o seu detalhamento por tipo de gastos conforme demonstrado:

Descrição	2011		2010	
Vencimentos e vantagens fixas	2.380.221	21%	1.965.780	16%
Auxílio financeiro a estudantes	2.393.772	21%	1.214.157	10%
Serviços de Terceiros pessoa física	1.849.438	16%	2.538.726	20%
Auxílio financeiro a Pesquisadores	1.142.083	10%	1.037.733	8%
Serviço de Terceiros pessoa jurídicas	756.992	7%	889.641	7%
Obrigações patronais	687.700	6%	559.347	4%
Passagens e despesa com locomoção	624.133	5%	531.107	4%
Equipamentos e material permanente	538.849	5%	261.704	2%
Diárias de serviço de terceiros	343.078	3%	107.662	1%
Ajuda de Custos	312.041	3%	236.345	2%
Material de consumo	263.489	2%	323.426	3%
Serviços de consultoria	20.400	0%	18.300	0%
Transferência a entidades conveniadas	115.592	1%	193.554	2%
Obras e instalações	42.551	0%	2.661.952	21%
- Outros	16.904	0%	15.698	0%
Total	11.487.242	100%	12.555.132	100%

5.7 CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

São constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevantes, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação. De acordo com opinião dos nossos Assessores Jurídicos não constam processos avaliados como probabilidades de perdas possíveis ou prováveis para a Fundação.

Natal, 31 de dezembro de 2011.

ANEXO F - RELATÓRIO DE CONVÊNIOS REALIZADOS NO EXERCÍCIO DE 2010

Projetos gerenciados pela FUNCERN em 2010 através de Convênios.**09 - Programa de Estruturação e Implantação do PNQP Licenciatura Ambiental – ON-Shore**

Objetivo	Recursos	Vigência
Realização do curso de Especialização para formação de Profissionais em Licenciamento Ambiental ON-SHORE, que irão atuar na área de Gestão Ambiental, Planejamento, Coordenação, Gerenciamento e Execução de atividade ligadas a área ambiental atentando-se aos princípios de Gestão Sustentável e que visa também aprofundar os conhecimentos quanto a elaboração, prestação de consultoria e assessoria a instituições públicas e privadas no tocante a feitura de estudos ambientais voltados para a atividade petrolífera, executado pelo Plano Nacional de Qualificação Profissional – PNQP do PROMINP – Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (em Natal). (PG)	Não houve entrada de recursos em 2010	Nov/2006a Jun/2010

Pessoal Envolvido: Servidores 09 – Consultores 00 – Alunos 03

Parceiros: ABEMI/PETROBRAS/IFRN

Público Alvo: 60 alunos formados

10 - Programa Anual de Capacitação Continuada UAB-PSCC

Objetivo	Recursos	Vigência
Programa Anual de Capacitação Continuada do Sistema UAB-PSCC/UAB, formação inicial e continuada a distância de professores e profissionais da educação básica. (PG)	Não houve entrada de recursos em 2010	Nov/2008a Dez/2011

Pessoal Envolvido: Servidores 15 – Consultores 00 – Alunos 04

Parceiros: IFRN, MEC/FNDE

Público Alvo: Docentes do Ensino Médio e Tutores dos cursos na modalidade EaD

11 - Programa de Desenvolvimento de Educação Profissional UAB

Objetivo	Recursos	Vigência
Projeto de Implementação da oferta do Curso Tecnologia em Gestão Ambiental aprovado no MEC/SEED, Sistema Universidade Aberta do Brasil, viabilizando a produção do material didático e organização preliminar. (PG)	Não houve entrada de recursos em 2010	Nov/2006a Out/2011

Pessoal Envolvidos: Servidores 11 – Consultores 00 – Alunos 04

Parceiros: IFRN, MEC/FNDE

Público Alvo: Alunos do Ensino Médio

12 - Curso de Pós Graduação Lato Sensu EJA II

Objetivo	Recursos	Vigência
Implantação e execução do Curso de Pós Graduação LATO SENSU em Educação Profissional integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. (PG)	Não houve entrada de recursos em 2010	Jul/2007 a Jun/2011

Pessoal Envolvido: Servidores 23 – Consultores 09 – Alunos 00

Parceiros: IFRN/MEC/ESTADO DO RN e MUNICÍPIOS

Público Alvo: Docentes do Ensino Médio da Educação Profissional e EJA

14 - Projeto Brasil Profissionalizado – e-Tec Brasil

Objetivo	Recursos	Vigência
Projeto de Extensão para oferta de curso técnico de nível médio subsequente em Segurança do Trabalho na modalidade educação à distância (Programa Escola Técnica Aberta do Brasil (e-Tec Brasil). (PG)	Não houve entrada de recursos em 2010	Set/2009 a Jun/2011

Pessoal Envolvido: Servidores 05 – Consultores 00 – Alunos 04

Parceiros: IFRN, MEC

Público Alvo: Alunos do Ensino Médio

15 - Curso de Turismo – e-Tec Brasil

Objetivo	Recursos	Vigência
Projeto de Extensão para oferta de curso técnico de nível médio subsequente em Turismo na modalidade educação à distância (Programa Escola Técnica Aberta do Brasil (e-Tec Brasil). (PG)	Não houve entrada de recursos em 2010	Set/2009 a Dez/2011

Pessoal Envolvido: Servidores 06 – Consultores 00 – Alunos 04

Parceiros: IFRN, MEC

Público Alvo: Docentes do Ensino Médio

25 - Projeto de Produção de Material Didático (e-Tec Brasil)

Objetivo	Recursos	Vigência
Produção de Material Didático nas áreas profissionais de Comércio e Segurança do Trabalho para os curso ofertados, através do Programa e-Tec Brasil.	Não houve entrada de recursos em 2010	Dez/2007 a

(PG)		Dez/2011
------	--	----------

Pessoal Envolvido: Servidores 05 – Consultores 00 – Alunos 04

Parceiros: IFRN, MEC

Público Alvo: Docentes do Ensino Médio

26 - Projeto Curso Segurança do Trabalho Escola Técnica Aberta do Brasil

Objetivo	Recursos	Vigência
Projeto de Implementação do Curso Técnico de Nível Médio Subsequente em Segurança do Trabalho na modalidade de educação a distância, a ser ofertado pelo CEFET-RN, através do Programa Escola Técnica Aberta do Brasil (e-Tec Brasil). (PG)	Não houve entrada de recursos em 2010	Set/2008 a Dez/2011

Pessoal Envolvido: Servidores 02 – Consultores 00 – Alunos 04

Parceiros: IFRN / MEC

Público Alvo: Docentes do Ensino Médio

27 - Projeto IFRN Profucionário/MEC

Objetivo	Recursos	Vigência
Projeto de extensão para formação de tutores e orientadores do Programa de formação inicial em serviço dos Profissionais da Educação Básica dos Sistemas Públicos de Ensino – PROFUNCIÓNÁRIO II. (PG)	Não houve entrada de recursos em 2010	Nov/2009 a Fev/2010

Pessoal Envolvido: Servidores 06 – Consultores 00 – Alunos 01

Parceiros: IFRN/MEC

Público Alvo: 80 pessoas das Escolas Públicas Estaduais

29 - Projeto Museu de Mineralogia do IFRN

Objetivo	Recursos	Vigência
Realização da segunda etapa de construção e implementação da sede do Museu de Mineralogia do RN a ser edificado nas dependências do IFRN. (PG)	R\$ 83.300,00	Mar/2010 a Mar/2012

Pessoal Envolvido: Servidores 06 – Consultores 00 – Alunos 00

Parceiros: PETROBRÁS

Público Alvo: Setor Mineral do RN

30 - Projeto de Pesquisa e Extensão de Hortas Didáticas

Objetivo	Recursos	Vigência
Oferecer a viabilização de um Projeto de pesquisa e extensão de Hortas didáticas no IFRN na unidade de Ipanguaçu, estabelecimento integrante da primeira fase do Plano de Expansão da Rede de Educação Tecnológica aprovado pelo Governo Federal para o Rio Grande do Norte.	Não houve entrada de recursos em 2010	Mai/2009 a Dez/2011

Pessoal Envolvido: Servidores 02 – Consultores 00 – Alunos 05

Parceiro: IFRN

Público Alvo: Comunidade do IFRN Ipanguaçu

32 - Projeto da UAB na Oferta de cursos na área de Gestão Ambiental 3 e 4

Objetivo	Recursos	Vigência
Oferecer a viabilização de um Projeto de execução da implantação e oferta do 3º e 4º semestre dos cursos do Edital 1, no âmbito da Universidade Aberta do Brasil – UAB, nos pólos presenciais de Martins, Luiz Gomes e Currais Novos, contemplando alunos do curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental a distância.	Não houve entrada de recursos em 2010	Mai/2009 a Out/2011

Pessoal Envolvido: Servidores 06 – Consultores 00 – Alunos 04

Parceiros: IFRN/MEC

Público Alvo: 150 alunos do nível médio

37 – Semana de Tecnologias Sustentáveis SEATEC/IFRN/IPANGUAÇÚ

Objetivo	Recursos	Vigência
Elaboração da Semana de Agroecologia, Tecnologia e Cultura no Campus do IFRN em Ipanguaçu.	R\$ 3.000,00	Set/2010 a Out/2010

Pessoal Envolvido: Servidores 08 – Consultores 00 – Alunos 20

Parceiros: IFRN / BNB

Público Alvo: Alunos e comunidade de Ipanguaçu.

38 – Projeto CEF / EXPOTEC 2010

Objetivo	Recursos	Vigência
Elaboração da Exposição Cultural, Científica e Tecnológica do IFRN, que é uma atividade integrante da Semana Nacional da Ciência e Tecnologia proposta pelo	R\$ 9.000,00	Set/2010

Governo Federal., realizada no Campus Central Natal do IFRN. (PG)		a Nov/2010
---	--	---------------

Pessoal Envolvido: Servidores 02 – Consultores 00 – Alunos 2.000

Parceiro: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Público Alvo: Alunos e Servidores do IFRN e Comunidade Escolar.

39 – Projeto Despertar / COMDICA

Objetivo	Recursos	Vigência
Convênio que tem por finalidade desenvolver ações voltadas a garantir os direitos da criança e do adolescente no Município de Alto do Rodrigues/RN. (PG)	R\$ 120.000,00	Dez/2008 a Dez/2010

Pessoal Envolvido: Servidores 01 – Consultores 00 – Alunos 05

Parceiros: PRETROBRÁS E PREFEITURA DE ALTO DO RODRIGUES/RN

Público Alvo: Jovens do Município de Alto do Rodrigues e Familiares

40 – Projeto CREA/EXPOTEC/2010

Objetivo	Recursos	Vigência
Elaboração da Exposição Cultural, Científica e Tecnológica do IFRN, que é uma atividade integrante da Semana Nacional da Ciência e Tecnologia proposta pelo Governo Federal., realizada no Campus Central Natal do IFRN. (PG)	R\$ 6.000,00	Set/2010 a Nov/2010

Pessoal Envolvido: Servidores 02 – Consultores 00 – Alunos 2.000

Parceiro: CREA/RN

Público Alvo: Alunos e servidores do IFRN e comunidade escolar.

42 – Projeto NIT / Incubadora de Empresas

Objetivo	Recursos	Vigência
Projeto Núcleo de Incubação Tecnológica de Empresas no IFRN, visando atender a jovens empreendedores no Estado, em especial a alunos do IFRN. (PC)	R\$ 9.423,65	Set/2009 a Dez/2010

Pessoal Envolvido: Servidores 16 – Consultores 01 – Alunos 03

Parceiro: IFRN / SEBRAE

Público Alvo: Comunidade de jovens empresários do RN.

55 – Projeto de Desenvolvimento do Programa INOVAR PARA CONSOLIDAR

Objetivo	Recursos	Vigência
Desenvolvimento de apoio a pesquisa do IFRN dentro do programa INOVAR PARA CONSOLIDAR. (PC)	R\$ 396.000,00	Mai/2010 a Dez/2011

Pessoal Envolvido: Servidores 08 – Consultores 02 – Alunos 21

Parceiro: IFRN

Público Alvo: Comunidade acadêmica do IFRN e seus Campi.

56 – Convênio de formação de recursos humanos / Universidade Petrobrás

Objetivo	Recursos	Vigência
Fortalecimento e consolidação de programas de formação de nível técnico nos cursos de Mecânica, Eletrotécnica, Petróleo e Gás Natural, Controle Ambiental, Eletrônica, Química e Biocombustíveis, desenvolvidos por meio de Programa Federal de Recursos Humanos - PFRH. (PG)	R\$ 3.340.396,80	Jan/2010 a Jan/2014

Pessoal Envolvido: Servidores 25 – Consultores 00 – Alunos 00

Parceiro: PETROBRAS/IFRN/UNIVERSIDADE PETROBRÁS

Público Alvo: Alunos de 5 Campi do IFRN .

57 – Convênio FUNCERN/PMN/SEMSUR, que tem por finalidade o desenvolvimento de um sistema de monitoramento da iluminação pública da Cidade de Natal-RN

Objetivo	Recursos	Vigência
Realização de pesquisa, suporte e desenvolvimento de software e hardware objetivando a implantação de um sistema de monitoramento da iluminação pública da Cidade de Natal-RN, a qual proverá a regulação dos níveis de luminosidade e registro de ocorrência de falhas ocasionadas por lâmpadas apagadas na rede. (PE)	R\$ 85.800,00	Jun/2010 a Dez/2010

Pessoal Envolvido: Servidores 02 – Consultores 06 – Alunos 00

Parceiro: SEMSUR

Público Alvo: Comunidade da Cidade de Natal-RN.

59 – Convênio que tem por finalidade o cumprimento das cotas de aprendizagem do Programa Jovem Aprendiz – PPJA / PETROBRÁS

Objetivo	Recursos	Vigência
Programa Petrobrás Jovem Aprendiz tem o objetivo de promover a inclusão Social e Profissional de jovens em situação de pobreza e miséria por meio de sua qualificação social e profissional, contribuindo assim para sua melhor inserção no mercado de trabalho, tendo como fundamento a Lei 10.097/2000. (PG)	R\$ 2.526.147,14	Set/2010 a Mai/2012

Pessoal Envolvido: Servidores 19 – Consultores 00 – Alunos 02

Parceiro: PETROBRÁS

Público Alvo: 174 jovens entre 16 e 21 anos moradores próximo a Petrobrás nos Municípios de Natal, Guamaré, Alto do Rodruigues, Mossoró, Aracati-CE e Paracuru-CE.

65 – Convênio Funcern / Petrobrás / IFRN

Objetivo	Recursos	Vigência
Construção do muro do Campus Apodi do IFRN, em alvenaria e cerca com tela galvanizada. (PG)	R\$ 199.685,40	Jan/2010 a Set/2010

Pessoal Envolvido: Servidores 02– Consultores 00 – Alunos 05

Parceiro: PETROBRÁS / IFRN

Público Alvo: Comunidade da região de Apodi/RN.

ANEXO G - RELATÓRIO DE CONVÊNIOS REALIZADOS NO EXERCÍCIO DE 2011

Projetos gerenciados pela FUNCERN em 2011 através de Convênios.**05 - Convênio de Assistência Técnico Financeira – Banana Orgânica**

Objetivo	Recursos	Vigência
Colaboração Financeira do Banco do Nordeste do Brasil para execução de pesquisa intitulada ALTERNATIVAS DE SISTEMAS DE IRRIGAÇÃO PARA PRODUÇÃO FAMILIAR DE BANANA ORGÂNICA VARIEDADE PACOVAN NO VALE DO AÇU, visando avaliar o emprego de tecnologias de irrigação no cultivo da banana orgânica para região semi-árida do Rio Grande do Norte.	Não houve entrada de recursos em 2011	Dez/2007 a Out/2012

Pessoal Envolvido: Servidores 02 – Consultores 00 – Alunos 05

Parceiros: BNB / IFRN

Público Alvo: Região do Vale do Açú

07 - Programa Anual de Capacitação Continuada UAB-PSCC

Objetivo	Recursos	Vigência
Programa Anual de Capacitação Continuada do Sistema UAB-PSCC/UAB, formação inicial e continuada a distância de professores e profissionais da educação básica.	Não houve entrada de recursos em 2011	Nov/2008a Dez/2011

Pessoal Envolvido: Servidores 15 – Consultores 00 – Alunos 04

Parceiros: IFRN, MEC/FNDE

Público Alvo: Docentes do Ensino Médio e Tutores dos cursos na modalidade EaD

08 - Programa de Desenvolvimento de Educação Profissional UAB

Objetivo	Recursos	Vigência
Projeto de Implementação da oferta do Curso Tecnologia em Gestão Ambiental aprovado no MEC/SEED, Sistema Universidade Aberta do Brasil, viabilizando a produção do material didático e organização preliminar.	Não houve entrada de recursos em 2011	Nov/2006a Out/2011

Pessoal Envolvidos: Servidores 11 – Consultores 00 – Alunos 04

Parceiros: IFRN, MEC/FNDE

Público Alvo: Alunos do Ensino Médio

11 - Projeto Brasil Profissionalizado – e-Tec Brasil

Objetivo	Recursos	Vigência
-----------------	-----------------	-----------------

Projeto de Extensão para oferta de curso técnico de nível médio subsequente em Segurança do Trabalho na modalidade educação à distância (Programa Escola Técnica Aberta do Brasil (e-Tec Brasil).	Não houve entrada de recursos em 2011	Set/2009 a Jun/2011
---	---------------------------------------	---------------------------

Pessoal Envolvido: Servidores 05 – Consultores 00 – Alunos 04

Parceiros: IFRN, MEC

Público Alvo: Alunos do Ensino Médio

12 - Curso de Turismo – e-Tec Brasil

Objetivo	Recursos	Vigência
Projeto de Extensão para oferta de curso técnico de nível médio subsequente em Turismo na modalidade educação à distância (Programa Escola Técnica Aberta do Brasil (e-Tec Brasil).	Não houve entrada de recursos em 2011	Set/2009 a Dez/2011

Pessoal Envolvido: Servidores 06 – Consultores 00 – Alunos 04

Parceiros: IFRN, MEC

Público Alvo: Docentes do Ensino Médio

19 - Projeto de Produção de Material Didático (e-Tec Brasil)

Objetivo	Recursos	Vigência
Produção de Material Didático nas áreas profissionais de Comércio e Segurança do Trabalho para os cursos ofertados, através do Programa e-Tec Brasil.	Não houve entrada de recursos em 2011	Dez/2007 a Dez/2011

Pessoal Envolvido: Servidores 05 – Consultores 00 – Alunos 04

Parceiros: IFRN, MEC

Público Alvo: Docentes do Ensino Médio do Estado / RN

20 - Projeto Curso Segurança do Trabalho Escola Técnica Aberta do Brasil

Objetivo	Recursos	Vigência
Projeto de Implementação do Curso Técnico de Nível Médio Subsequente em Segurança do Trabalho na modalidade de educação a distância, a ser ofertado pelo IFRN, através do Programa Escola Técnica Aberta do Brasil (e-Tec Brasil).	Não houve entrada de recursos em 2011	Set/2008 a Dez/2011

Pessoal Envolvido: Servidores 02 – Consultores 00 – Alunos 04

Parceiros: IFRN / MEC

Público Alvo: Docentes do Ensino Médio do Estado / RN

22 - Projeto Museu de Mineralogia do IFRN

Objetivo	Recursos	Vigência
Realização da segunda etapa de construção e implementação da sede do Museu de Mineralogia do RN a ser edificado nas dependências do IFRN.	R\$ 178.784,00	Mar/2010 a Mar/2012

Pessoal Envolvido: Servidores 06 – Consultores 00 – Alunos 03

Parceiro: PETROBRÁS

Público Alvo: Setor Mineral do RN e comunidade acadêmica do IFRN

23 - Projeto de Pesquisa e Extensão de Hortas Didáticas

Objetivo	Recursos	Vigência
Oferecer a viabilização de um Projeto de pesquisa e extensão de Hortas didáticas no IFRN na unidade de Ipanguaçu, estabelecimento integrante da primeira fase do Plano de Expansão da Rede de Educação Tecnológica aprovado pelo Governo Federal para o Rio Grande do Norte.	Não houve entrada de recursos em 2011	Mai/2009 a Dez/2011

Pessoal Envolvido: Servidores 02 – Consultores 00 – Alunos 05

Parceiro: IFRN

Público Alvo: Comunidade do IFRN Ipanguaçu

25 - Projeto da UAB na Oferta de Cursos na Área de Gestão Ambiental 3 e 4

Objetivo	Recursos	Vigência
Oferecer a viabilização de um Projeto de execução da implantação e oferta do 3º e 4º semestre dos cursos do Edital 1, no âmbito da Universidade Aberta do Brasil – UAB, nos pólos presenciais de Martins, Luiz Gomes e Currais Novos, contemplando alunos do curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental a distância.	Não houve entrada de recursos em 2011	Mai/2009 a Out/2011

Pessoal Envolvido: Servidores 06 – Consultores 00 – Alunos 04

Parceiros: IFRN/MEC

Público Alvo: 150 alunos do nível médio do Estado / RN.

30 – Projeto CREA/EXPOTEC/2011

Objetivo	Recursos	Vigência
Apoio financeiro a Exposição Cultural, Científica e Tecnológica do IFRN, que é uma atividade integrante da Semana Nacional da Ciência e Tecnologia proposta pelo Governo Federal. realizada no Campus Central Natal do IFRN.	R\$ 6.000,00	Set/2011 a Nov/2011

Pessoal Envolvido: Servidores 10 – Consultores 00 – Alunos 2.000

Parceiro: CREA/RN / IFRN

Público Alvo: Alunos e servidores do IFRN e comunidade escolar.

39 – Projeto de Desenvolvimento do Programa INOVAR PARA CONSOLIDAR

Objetivo	Recursos	Vigência
Desenvolvimento de apoio a pesquisa do IFRN dentro do programa INOVAR PARA CONSOLIDAR.	R\$ 594.000,00	Mai/2010 a Dez/2011

Pessoal Envolvido: Servidores 08 – Consultores 02 – Alunos 21

Parceiro: IFRN

Público Alvo: Comunidade acadêmica do IFRN e seus Campi.

40 – Convênio de formação de recursos humanos / Universidade Petrobrás - PFRH

Objetivo	Recursos	Vigência
Fortalecimento e consolidação de programas de formação de nível técnico nos cursos de Mecânica, Eletrotécnica, Petróleo e Gás Natural, Controle Ambiental, Eletrônica, Química e Biocombustíveis, desenvolvidos por meio de Programa Federal de Recursos Humanos - PFRH.	R\$ 1.670.198,00	Jan/2010 a Jan/2014

Pessoal Envolvido: Servidores 25 – Consultores 00 – Alunos 00

Parceiros: PETROBRAS/IFRN/UNIVERSIDADE PETROBRÁS

Público Alvo: Alunos de 5 Campi do IFRN .

41 – Convênio FUNCERN/PMN/SEMSUR, que tem por finalidade o desenvolvimento de um sistema de monitoramento da iluminação pública da Cidade de Natal-RN

Objetivo	Recursos	Vigência
-----------------	-----------------	-----------------

Realização de pesquisa, suporte e desenvolvimento de software e hardware objetivando a implantação de um sistema de monitoramento da iluminação pública da Cidade de Natal-RN, a qual proverá a regulação dos níveis de luminosidade e registro de ocorrência de falhas ocasionadas por lâmpadas apagadas na rede.	R\$ 72.888,00	Jun/2010 a Jan/2011
--	---------------	---------------------------

Pessoal Envolvido: Servidores 02 – Consultores 06 – Alunos 00

Parceiro: SEMSUR / PMN

Público Alvo: Comunidade da Cidade de Natal-RN.

43 – Convênio para cumprimento das cotas de aprendizagem do Programa Jovem Aprendiz – PPJA / PETROBRÁS

Objetivo	Recursos	Vigência
Programa Petrobrás Jovem Aprendiz tem o objetivo de promover a inclusão Social e Profissional de jovens em situação de pobreza e miséria por meio de sua qualificação social e profissional, contribuindo assim para sua melhor inserção no mercado de trabalho, tendo como fundamento a Lei 10.097/2000.	R\$ 3.008.657,00	Set/2010 a Abr/2011

Pessoal Envolvido: Servidores 19 – Consultores 00 – Alunos 02

Parceiro: PETROBRÁS

Público Alvo: 174 jovens entre 16 e 21 anos moradores próximo a Petrobrás nos Municípios de Natal, Guamaré, Alto do Rodrigues, Mossoró, Aracati-CE e Paracuru-CE.

49 – Convênio FUNCERN / SEBRAE/RN / INCUBADORA / IFRN Campus Natal Central

Objetivo	Recursos	Vigência
Desenvolvimento de ações de cooperação e apoio técnico, financeiro e gerencial junto a Incubadora de TI – Campus Natal Central do IFRN.	R\$ 15.000,00	Set/2011 a Set/2013

Pessoal Envolvido: Servidores 05– Consultores 00 – Alunos 00

Parceiros: FUNCERN / IFRN – Campus Natal Central / SEBRAE/RN

Público Alvo: Comunidade empresarial do RN.

50 – Convênio FUNCERN / SEBRAE/RN / INCUBADORA / IFRN Campus Natal Cidade Alta

Objetivo	Recursos	Vigência
Desenvolvimento de ações de cooperação e apoio técnico, financeiro e gerencial para implantação de uma Incubadora de empresas específicas para a área de Cultura e Arte no Campus Cidade Alta do IFRN.	R\$ 15.000,00	Mar/2011 a Mar/2013

Pessoal Envolvido: Servidores 02– Consultores 00 – Alunos 00

Parceiros: FUNCERN / IFRN - Campus Cidade Alta / SEBRAE/RN

Público Alvo: Comunidade empresarial do RN.

53 – Convênio de Assistência Técnica e Financeira / BNB

Objetivo	Recursos	Vigência
Execução de pesquisa intitulada POTENCIAL DE INOVAÇÃO E DE AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE PRODUTIVA DAS EMPRESAS FORNECEDORAS DE BENS E SERVIÇOS À CADEIA PRODUTIVA DO PETRÓLEO E GAS DO RN, visando elaborar mapeamento do potencial de inovação e de ampliação da cadeia produtiva de empresas de fornecimento de bens e serviços para a indústria do RN.	R\$ 31.853,00	Jan/2011 a Jun/2012

Pessoal Envolvido: Servidores 02– Consultores 00 – Alunos 05

Parceiro: BNB / FUNDECI

Público Alvo: Comunidade empresarial do RN.

54 – Convênio 01.10.0772.00 FINEP/PROINFA/IFPE

Objetivo	Recursos	Vigência
Execução do Projeto de CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE PESQUISA DO IFPE – CAMPUS RECIFE,	R\$ 120.156,00	Dez/2010 a Dez/2012

Pessoal Envolvido: Servidores 05– Consultores 00 – Alunos 00

Parceiros: FINEP / IFPE

Público Alvo: Comunidade acadêmica do IFPE

55 – Convênio 01.10.0621.00 FINEP/CEDIPETRO/IFRN

Objetivo	Recursos	Vigência
Construção do Centro de Desenvolvimento Tecnológico e Inclusão Socio-Econômico pela interação entre Instituições de Ensino e o Setor de petróleo e Gás.	R\$ 418.249,00	Dez/2010 a Dez/2012

Pessoal Envolvido: Servidores 10– Consultores 05 – Alunos 05

Parceiros: FINEP/IFRN/ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR ABEL FREIRE COELHO/REDEPETRO

Público Alvo: Comunidade empresarial de Mossoró RN.

56 – Convênio 01.10.0604.00 FINEP/PROMOPETRO/IFRN

Objetivo	Recursos	Vigência
Implantação de um Programa de Divulgação e Promoção de Atividades Tecnológicas do Setor de Petróleo & Gás junto a Alunos da Rede de Ensino Médio do RN.	R\$ 426.330,00	Nov/2010 a Nov/2012

Pessoal Envolvido: Servidores 05– Consultores 00 – Alunos 03

Parceiros: FINEP/IFRN/SEEC

Público Alvo: Alunos do ensino médio do RN.

57 – Convênio 01.10.0473.00 FINEP/OTOLEITOR

Objetivo	Recursos	Vigência
Projeto de um equipamento Médico-Hospitalar para o Teste Auditivo de Emissões Otoacústicas.	R\$ 269.110,00	Set/2010 a Set/2012

Pessoal Envolvido: Servidores 04– Consultores 02 – Alunos 05

Parceiros: FINEP/IFRN/UFERSA/UFRN/UERN

58 – Convênio 01.10.0483.00 FINEP/E-GUIA

Objetivo	Recursos	Vigência
Projeto E-Guia: Sistema para prover autonomia e Acessibilidade aos deficientes visuais nos Serviços de Transporte Urbanos.	R\$ 322.670,00	Set/2010 a Set/2012

Pessoal Envolvido: Servidores 00– Consultores 00 – Alunos 00

Parceiros: FINEP/IFRN/UFERSA/UFRN/UERN

62 – Projeto CONNEPI / 2011

Objetivo	Recursos	Vigência
Contrato firmado entre a FUNCERN e o IFRN com recursos da SETEC/MEC para realização e execução do VI Congresso Norte – Nordeste de Pesquisa e Inovação – CONNEPI.	R\$ 600.000,00	Dez/2011 a Mar/2012

Pessoal Envolvido: Servidores 10 – Consultores 00 – Alunos 10

Parceiros: IFRN/SETEC-MEC

Público Alvo: Comunidade científica do Norte e Nordeste.

65 – Convênio FINEP/SEBRAE Projeto Lavra

Objetivo	Recursos	Vigência
Convênio que tem por objetivo execução do Projeto Aproveitamento de Rejeito de Lavra de Granito, na região do Seridó.	R\$ 66.980,00	Out/2010 a Out/2013

Pessoal Envolvido: Servidores 02 – Consultores 00 – Alunos 05

Parceiros: FINEP/SEBRAE

Público Alvo: Profissionais da área de Geologia e Mineração